



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DORNÉLIO DA SILVA

**REELEIÇÃO NO ESPAÇO MUNICIPAL DO PARÁ: CONTROLE DEMOCRÁTICO
OU OLIGÁRQUICO DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 1996-2000-2004-2008-2012.**

Belém
2013

DORNÉLIO DA SILVA

**REELEIÇÃO NO ESPAÇO MUNICIPAL DO PARÁ: CONTROLE DEMOCRÁTICO
OU OLIGÁRQUICO DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 1996-2000-2004-2008-2012.**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Ciência Política.

Orientador. Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira.

Belém
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca de Pós-Graduação do IFCH/UFPA

Silva, Dornélio da
Reeleição no espaço municipal do Pará: controle democrático ou oligárquico do voto nas eleições de 1996-2000-2004-2008-2012/ Dornélio da Silva ; Orientador, Edir Veiga Siqueira. - 2013.

84 f. : il. ; 29 cm
Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência política, Belém, 2013.

1. Eleições. 2. Eleições municipais – Belém (PA). 2. Poder – mudanças. 3. Partidos políticos – Belém (PA). 4. Competição eleitoral. I. Siqueira, Edir Veiga, orientador. II. Título.

CDD – 22 ed. 324.98115

DORNÉLIO DA SILVA

**REELEIÇÃO NO ESPAÇO MUNICIPAL DO PARÁ: CONTROLE DEMOCRÁTICO
OU OLIGÁRQUICO DO VOTO NAS ELEIÇÕES DE 1996-2000-2004-2008-2012.**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do Título de Mestre no Curso de Mestrado em Ciência Política.

Aprovada em: 19/ 04/ 2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr.Dr. Edir Veiga Siqueira
Orientador – IFCH/PPGPC/UFPA

Prof. Dr.Dr. Roberto Ribeiro Corrêa
Examinador Interno – IFCH/ PPGCP/UFPA

Prof. Dr. Manoel Alves da Silva
Examinador Externo – FACI

Belém
2013

À minha mãe, Maria Fortunata Miranda, que aos 98 anos de idade continua firme e forte vendo seu filho conquistar mais essa vitória na vida.

AGRADECIMENTOS

Cumprir-se mais uma etapa na minha vida acadêmica. Depois de anos longe dos livros, dos debates acadêmicos, essa nova fase de experiência de vida vem coroada por louvores e boas lembranças. A experiência profissional de mais de 20 anos no campo da pesquisa de mercado, pesquisas políticas, convivendo em campanhas políticas, tendo em meu conhecimento informações históricas da vida política-eleitoral do Pará, me estimulou a voltar à pesquisa científica, ao estudo, à leitura intensa. E a Ciência Política foi o terreno fértil para minha implantação.

Minha primeira lembrança volta-se para o Departamento de Ciência Política da UFPA que conseguiu construir e implantar esse projeto tão importante não só para o Pará, mas para a Amazônia.

Aos professores do PPGCP que se dedicaram intensamente ao debate nas salas de aula: Celso Vaz, Carlos Souza, Edir Veiga, Dolores, Roberto Correa, Marise Morbach, Karl Henkel, Zuleide Ximenes.

Aos funcionários da Secretaria de Ciência Política Ana, Delice, Artur que tanto se preocuparam em nos orientar nos calendários acadêmicos.

Aos colegas do mestrado que nas tristezas, nas alegrias, nos debates acirrados dentro e fora das salas de aula, continuamos nos encontrando, aproveitando ao máximo a oportunidade de estarmos discutindo cientificamente a política paraense e brasileira: Américo, Bruna, Carlos França, João, Feitosa, Marla, Sheyla, Gerbson, Vicente, Rafael, Marta, Rita, Izaquiel, Silvia.

Ao meu orientador Prof. Edir Veiga que nos momentos de discussão do tema soube ter paciência e, principalmente, encorajar-me pela empreitada.

Ao amigo prof. Manuel Dutra que contribuiu no debate do tema, passando-me informações relevantes sobre o encaminhamento do trabalho.

Ao parceiro e amigo prof. Márcio Sousa que nos intervalos do trabalho discutíamos o tema reeleição.

Aos amigos que se dispuseram a discutir o tema reeleição, contribuindo para elevar o debate sobre nossa pesquisa: Heitor Pinheiro, Paulo Hermógenes, José Maria Piteira, Simão Pedro, Fábio, Irani Carneiro, Odair Correa, Edmilson Ferreira, Nonato Vasconcelos, Jaime Silva, José Adão.

À Vanessa e Mariana que me ajudaram a pesquisar em fichas do TRE, que tiveram a paciência de pesquisar nos sites do TSE, IDESP, IBGE, contribuindo na formação do banco de dados.

À minha esposa, Sandra Carvalho, que sempre me apoiou nas longas noites de estudos, que sacrificou feriados e carnavais para estar do meu lado.

Aos meus filhos, Moara Brasil que mesmo distante sempre ficou me incentivando e apoiando; ao Pedro Henrique que, praticamente, assumiu o escritório de pesquisa para que eu pudesse ter mais tempo para estudar; ao Nelinho, pelo incentivo e apoio; à Cildéa, que mesmo distante sempre orou por mim.

Aos meus irmãos, Djalma, Donaldo, Dalva e Conceição.

A todos vocês, muito obrigado!

A democratização plena só será alcançada quando estiver plenamente constituído um corpo de cidadãos independentes capaz de dirigir os governos pela representação. Longo caminho foi percorrido, mas o alvo ainda está longe de ser atingido, na medida em que a plenitude da cidadania ainda não chegou a todos os recantos e a toda a população do país. Enquanto isso não se verificar, os valores democráticos que informaram Coronelismo continuarão vivos a nos desafiar com novas tarefas.

(José Murilo de Carvalho)

RESUMO

A presente dissertação analisa a relação entre reeleição e competição democrática nos municípios paraenses a partir das eleições de 1996-2000-2004-2008-2012. O estudo mostra se há controle de um partido ou grupo político seguidamente nos municípios paraenses, além de estabelecer a conexão entre os municípios das seis Mesorregiões. A análise da pesquisa tem como variáveis explicativas PIB, População Urbana e Rural, Índice de Analfabetismo, Partidos e Coligações e peso da incumbência do partido do Governador nas eleições analisadas. Estas variáveis, cruzadas com os resultados eleitorais do período pesquisado, determina o mapa da reeleição no Pará e sua dinâmica se democrática ou oligárquica. A pesquisa aferiu que desde a instalação do instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro, no Pará, o índice de prefeitos reeleitos é bem menor do que aqueles que não conseguiram sucesso no pleito. Como aspecto relevante, a pesquisa identificou se algum candidato e/ou grupos políticos controlam um município por mais de três eleições consecutivas, descobrindo que 15 municípios mantêm-se no continuísmo, enquanto que os outros 128 competem alternando grupos ou partidos políticos no poder local. Assim, o estudo provou que nesse período histórico, 1996 a 2012, há o controle democrático do voto em detrimento do oligárquico.

Palavras-chave: reeleição. Continuísmo. Alternância no poder. Coronelismo. Competição eleitoral.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the relationship between reelection and democratic competition in municipalities of the state of Pará from the elections of 1996-2000-2004-2008-2012 on. The study shows if there is predominance of one party or political group in the municipalities of the state of Pará, besides of establishing a connection among the municipalities of the six mesoregions. The analysis of the research has as explanatory variables Gross National Product, Urban and Rural Population, Index of Illiteracy, parties and Coalitions as well as weight of the incumbency of the party of the Governor in the elections analyzed. These variables, crossed with electoral results of the researched period, determine the map of the reelection in the state of Pará and its dynamics whether democratic or oligarchic. The research checked that since the reelection system was established in Brazil, the proportion of reelected mayors, in the state of Pará, has been much smaller than of those candidates that haven't been successful in elections. As a relevant aspect, the research recognized if any candidate and or political groups control a municipality for more than three consecutive elections, discovering that 15 of municipalities hold continuism, while in other 128 ones, groups or political parties alternate local power. Thus, the study proved that in this historical period, 1996 to 2012, there is a democratic control of the vote instead of an oligarchic one.

Key-words: Reelection. Continuism. Power interchange. Coronelismo. Electoral competition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1-	Figura do continuísmo e alternância de poder no Estado do Pará...	41
Figura 2 -	Figura do continuísmo e alternância de poder pelas Mesorregiões Paraenses.....	43
Esquema 1-	Candidatos que concorreram por coligações partidárias.....	59

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Continuismo e alternância de poder nas quatro eleições consecutivas.....	30
Gráfico 2 -	Continuismo e alternância de poder no Baixo Amazonas.....	35
Gráfico 3 -	Continuismo e alternância de poder na Mesorregião do Marajó.....	36
Gráfico 4 -	Continuismo e alternância de poder na Metropolitana de Belém...	37
Gráfico 5 -	Continuismo e alternância de poder na Mesorregião do Nordeste paraense.....	38
Gráfico 6 -	Continuismo e alternância de poder na Mesorregião do Sudeste Paraense.....	39
Gráfico 6 -	Continuismo e alternância de poder na Mesorregião do Sudeste Paraense.....	39
Gráfico 7-	Continuismo e alternância de poder na Mesorregião do Sudoeste Paraense.....	40

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Continuismo e alternância de poder.....	30
Tabela 2 -	Continuismo e alternância de poder nas mesorregiões paraenses no período das quatro eleições consecutivas.....	34
Tabela 3 -	Média das quatro eleições municipais pelas mesorregiões.....	34
Tabela 4 -	Média do continuismo e da alternância de poder.....	35
Tabela 5 -	Média do continuismo e da alternância de poder.....	36
Tabela 6 -	Média do continuismo e da alternância de poder.....	37
Tabela 7-	Média do continuismo e da alternância de poder.....	38
Tabela 8 -	Média do continuismo e da alternância de poder.....	39
Tabela 9 -	Média do continuismo e da alternância de poder.....	40
Tabela 10 -	Distribuição dos municípios: população urbana e rural.....	47
Tabela 11-	Distribuição dos municípios no continuismo: população urbana e rural.....	47
Tabela 12 -	Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Marajó...	47
Tabela 13 -	Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Baixo Amazonas.....	47
Tabela 14 -	Distribuição dos municípios que mais se alternam: população.....	48
Tabela 15 -	Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Sudoeste	48
Tabela 16 -	Número e percentual de municípios no continuismo e alternância cruzado com índice de analfabetismo balizado a partir da média estadual.....	52
Tabela 17 -	Classificação do PIB paraense cruzado com o continuismo e alternância de poder.....	54
Tabela 18 -	Posição do partido do governador nas eleições municipais.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APSA	American Political Science Association
BD	Banco de Dados
DEM	Democratas (antigo PFL)
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP	Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará
IQVU	Índice Geral de Qualidade de Vida Urbana
PC DO B	Partido Comunista do Brasil
PFL	Partido da Frente Liberal (mudou pra DEM)
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PPB	Partido Popular Brasileiro (mudou pra PP)
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileiro
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSO	Partido Socialismo e Liberdade
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PT DO B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	O DEBATE DA REELEIÇÃO SOB ANGULOS DIFERENTES.....	19
3	O CENÁRIO DA REELEIÇÃO NO PARÁ: CONTINUISMO E ALTERNÂNCIA DE PODER NAS ELEIÇÕES DE 1996-2000-2004-2008-2012.....	29
3.1	A linha de tempo da reeleição 2000-2004-2008-2012 nas mesorregiões.....	29
3.2	A linha de tempo da reeleição 2000-2004-2008-2012 nas mesorregiões.....	31
3.2.1	Mesorregião do Baixo Amazonas.....	35
3.2.2	Mesorregião do Marajó.....	36
3.2.3	Mesorregião Metropolitana de Belém.....	37
3.2.4	Mesorregião do Nordeste Paraense.....	38
3.2.5	Mesorregião do Sudeste Paraense.....	39
3.2.6	Mesorregião do Sudoeste Paraense.....	40
3.3	Competição oligárquica ou democrática do voto.....	41
3.4	Continuismo, alternância de poder e população.....	46
3.5	Continuismo, alternância de poder e PIB dos municípios paraenses.....	53
3.6	A influência do incumbente estadual no continuismo e na alternância de poder.....	55
3.7	Continuismo, alternância de poder e coligações partidárias.....	57
4	CONCLUSÃO.....	61
	REFERÊNCIAS.....	64
	ANEXOS.....	66

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é analisar a relação entre reeleição e competição democrática no universo dos 143 municípios paraenses, divididos pelas seis Mesorregiões do Estado, a partir da análise das eleições de 1996-2000-2004-2008-2012. Especificamente vamos descer a fatores que interferem na reeleição de prefeitos, assim como identificar se há controle de um partido ou grupo político seguidamente nos municípios paraenses. Além disso, esta dissertação vai estabelecer a conexão entre os municípios das seis Mesorregiões para detectar se quanto mais rico o município mais alternância de poder e quanto mais pobre mais continuísmo, isto é, mais permanência de grupos ou partidos políticos no poder.

A pesquisa que empreendemos para explicar o fenômeno está centrada nos resultados eleitorais dos anos de 1996-2000-2004-2008-2012 dos municípios paraenses. Delimitou-se esse período em função das novas regras do processo democrático brasileiro a partir da instituição da reeleição em 1987. A primeira reeleição municipal aconteceu em 2000. O ano de 1996 é inserido na pesquisa porque são estes gestores os primeiros a participarem do processo de reeleição. O ano de 2000 é um marco histórico nesta nova modalidade que determina a dinâmica dos grupos ou partidos políticos em dominar uma ou mais eleições. Já em 2004, os reeleitos têm a incumbência de eleger seus sucessores. A continuidade no poder deste ou daquele partido, deste ou daquele grupo político se torna mais difícil nos municípios paraenses.

Procuramos enveredar a pesquisa no processo de análise e de cruzamentos de dados a partir das variáveis explicativas Produto Interno Bruto (PIB), População Urbana e Rural, Índice de Analfabetismo, Partidos e Coligações e peso da incumbência do partido do Governador nas eleições analisadas. Por estas variáveis, cruzadas com os resultados eleitorais do período pesquisado, determinamos o mapa da reeleição no Pará e sua dinâmica se democrática ou oligárquica. Além disso, a pesquisa identificou se algum candidato e/ou grupos políticos controlam um município por mais de três eleições consecutivas e analisou o resultado eleitoral destas competições para verificar se existe controle de 70% ou mais de votos por um partido ou candidato ou grupo do candidato em pelo menos três eleições consecutivas.

Para emprendermos nosso estudo e formarmos nosso banco de dados, tomamos como fonte principal da pesquisa o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de onde extraímos os dados das eleições de 1996-2000-2004-2008-2012. As variáveis pesquisadas foram: município, nome do prefeito, partido e coligação para cada eleição. Em seguida agregamos ao

banco de dados as seis Mesorregiões paraenses (Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana, Nordeste, Sudeste e Sudoeste). Buscamos no site do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Ambiental do Pará (IDESP) informações sobre PIB dos municípios paraenses, o site Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos forneceu listagem da população rural e urbana de cada município; ainda no IBGE encontramos a lista do índice de analfabetismo do Estado do Pará. De posse de todos esses bancos de dados, agregamos em um único para que pudéssemos analisar de maneira cruzada, produzir tabelas necessárias e inferir os cálculos estatísticos para chegarmos aos objetivos do estudo.

Trabalhos sobre reeleição para os executivos no Brasil são, ainda, muito escassos, principalmente quando se trata de municípios. Ao longo desses 16 anos de instituição da reeleição no sistema eleitoral brasileiro, encontramos autores, principalmente economistas que discutem o tema sob o ponto de vista da reeleição e gastos públicos. Vamos fazer esse diálogo com vários autores no Capítulo I da dissertação. Meneguín e Bugarin (2001) promovem um estudo que relaciona a possibilidade de reeleição do governante com a situação do déficit público do governo. Para os pesquisadores o instituto da reeleição incentiva o governo estadual a não se endividar excessivamente no primeiro mandato e, quanto maiores as chances de se reeleger, mais cauteloso será o governador em sua política fiscal.

Ainda do ponto de vista econômico, em outro estudo Meneguín; Bugarin e Carvalho (2005) mostram que o governante que pretende se reeleger tende a controlar os gastos públicos, pois suas chances de reeleição diminuem à medida que a despesa *per capita* aumenta. Quando se discrimina a despesa entre custeio e investimentos públicos, nota-se que o eleitor pune a primeira e premia a última, confirmando a intuição de que obras públicas cativam o eleitorado. De acordo com os pesquisadores, do lado da receita, o eleitor favorece o governante que consegue recursos para o município, em especial os que não são obtidos via política tributária.

Além do debate da reeleição no campo econômico, encontramos teóricos que procuram discutir a reeleição a partir da vantagem ou desvantagem de quem ocupa o cargo (prefeito) que defenderam seu mandato na eleição seguinte. Brambor e Ceneviva (2012) apontam que os prefeitos que tentaram a reeleição no exercício do cargo sofreram uma considerável corrosão em seu desempenho eleitoral. Por conseguinte, a taxa de prefeitos elegíveis que lograram obter um segundo mandato foi baixa. Barreto (2009) trabalhou com um subconjunto das cidades brasileiras, pesquisou apenas as capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores. As suas conclusões apontaram para o sucesso do incumbente que defendeu seu mandato em sua grande maioria. Na mesma linha de pesquisa, Deliberador e

Komata (2010) analisaram os resultados das eleições de 2008, abrangendo um subconjunto de 41 municípios (26 capitais e 15 municípios da região metropolitana de São Paulo). Nesse estudo, eles também encontraram uma significativa vantagem eleitoral dos prefeitos candidatos à reeleição. De acordo com esses autores, os resultados favoráveis aos prefeitos demonstraria que seus desafiantes não dispõem dos meios para enfrentar as vantagens eleitorais provenientes do mandato público.

Encontramos Titiunik (2009) que fez seu estudo sobre a vantagem eleitoral dos prefeitos nas eleições municipais no Brasil, valendo-se de um modelo de regressão descontínua para analisar a vantagem da incumbência dos partidos políticos brasileiros. Trabalhou em todos os municípios. A pesquisadora encontrou evidências de um forte efeito eleitoral negativo da incumbência, tanto na margem de voto dos partidos como na probabilidade de o partido permanecer no poder. Há críticas ao trabalho da pesquisadora pelo fato de ter restringido a pesquisa ao desempenho dos três maiores partidos que fizeram o maior número de prefeitos nas eleições de 2000, Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido da Frente Liberal (PMDB, PSDB e PFL), abandonando os demais partidos que, também, elegeram prefeitos.

Veiga (2004) desenvolve seu estudo descrevendo e explicando a competição política municipal, assim como evidenciou os determinantes das disputas eleitorais para o nível municipal de governo. Ele analisou os resultados eleitorais de três eleições consecutivas, 1992-1996-2000. Os dados encontrados demonstram globalmente que apenas na minoria dos municípios paraenses os políticos conseguem se manter no poder político, mesmo em tempos de reeleição, sendo que a grande maioria não consegue manter seguidamente o poder político municipal.

No capítulo II discutimos os achados da pesquisa onde visualizamos o cenário da reeleição no Pará: a competição pelo continuísmo ou pela alternância de poder nas eleições municipais de 1996-2000-2004-2008-2012. Distribuimos o capítulo em vários itens onde analisamos, inicialmente, a linha do tempo da reeleição de forma geral no estado do Pará, depois descemos em detalhes para as seis (6) mesorregiões: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense, mostrando como se configura a alternância de poder e o continuísmo em cada mesorregião. No item sobre a competição oligárquica ou democrática do voto analisamos o achado principal da pesquisa. A partir deste achado, os demais itens vão ser relacionados à descoberta. No entanto, neste item buscamos o diálogo de entendimento de democracia de Bobbio (1989) e da teoria econômica da democracia de Downs (1999). No item seguinte relacionamos a primeira variável

explicativa População Urbana e Rural já com a alternância de poder e continuísmo. Para entendermos os municípios e sua história política, procuramos Leal (2012) que discute o sistema “coronelistas” na Primeira República. É importante ressaltar que ele empreendeu seu estudo, enfatizando “Coronelismo” como sistema. Segundo ele, o coronel entrou em sua análise por ser parte do sistema, da estrutura e da maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. Esse tipo de política tem a ver com a conexão entre município, Estado e União, entre coronéis, governadores e presidente, num jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente. Leal vem nos embasar para verificarmos se hoje existem, ainda, resquícios políticos desse sistema.

A outra variável explicativa que se segue é a Alternância de Poder e Continuísmo relacionado ao Produto Interno Bruto dos municípios paraenses e suas mesorregiões. A influência do incumbente estadual (governador e seu partido) na alternância de poder e no continuísmo foi outra variável colocada na dissertação para entendermos esse fenômeno. A outra variável discutida relacionada a Alternância de Poder e Continuísmo é Coligação Partidária. De posse desse conjunto de informações analisadas, chegamos ao Capítulo III onde trabalhamos a conclusão da pesquisa.

As primeiras análises mostraram que ao longo das quatro eleições analisadas, já com a nova regra no sistema eleitoral brasileiro, o índice de prefeitos reeleitos é bem menor do que aqueles que não conseguiram sucesso no pleito. A partir desse primeiro achado, tínhamos que perseguir outra problemática de nossa pesquisa: No processo de reeleição no espaço municipal do Pará, existe controle democrático ou oligárquico do voto? Para tanto precisávamos descobrir quantos municípios tem grupos ou partidos políticos que se mantem no poder local por três ou mais eleições consecutivas. A análise dos dados mostrou que no Pará apenas 15 municípios, ou seja, 10,5% mantêm grupos ou partidos políticos no sistema continuísta e os demais 128 (89,5%) os grupos ou partidos ficam alternando-se no poder ao longo das quatro eleições consecutivas.

Assim, pudemos identificar e entender que nesse período histórico, 1996 a 2012, há o controle democrático do voto em detrimento do oligárquico. Para a Ciência Política é um estudo que vai explicar o aperfeiçoamento das instituições políticas no Pará, assim como tentar compreender a correlação entre desenvolvimento municipal e democracia. A pesquisa vai testar as seguintes hipóteses: 1) Quanto mais pobre o município, mais reeleição, isto é, mais permanência de grupos políticos no poder; 2) Quanto mais rico, menos reeleição, isto é, mais alternância de poder; 3) Municípios com baixo PIB propicia maior domínio de grupos oligárquicos pelo voto; 4) Municípios onde a população rural predomina sobre a urbana, é

maior o domínio de grupos oligárquicos pelo voto. Estas hipóteses poderão ser confirmadas ou refutadas pela pesquisa.

2 O DEBATE DA REELEIÇÃO SOB ANGULOS DIFERENTES

Em junho de 1997 foi introduzido o instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro, através da emenda Constitucional Nº. 16. Essa emenda estabeleceu o direito de presidentes, governadores e prefeitos disputarem a reeleição para a mesma função no exercício do cargo. Desde sua instituição já foram realizadas oito eleições: quatro gerais e quatro locais. Os debates sobre suas consequências políticas e institucionais tem se intensificado a cada eleição, tanto na academia quanto nas arenas políticas. Há na Câmara dos Deputados cerca de 20 propostas de emenda constitucional proibindo a reeleição para Presidente da República, Governadores de Estados e do Distrito Federal, e de prefeitos. Tanto na Câmara como no Senado existem propostas de alternativas à reeleição, estabelecendo a necessidade de desincompatibilização do mandato para concorrer à reeleição do mesmo cargo (CAMARA, 2013).

Os estudos sobre a vantagem eleitoral ou não dos ocupantes de cargos públicos são, ainda, incipientes, porém há pesquisas correlatas que tem procurado entender os padrões de recrutamento de partidos, as estratégias de carreira dos deputados, e seu impacto para o funcionamento do Congresso. Trabalhos que examinaram as taxas de reeleição dos deputados federais brasileiros, por exemplo, indicam que a renovação na Câmara é de cerca de 50% dos congressistas a cada nova legislatura.

Trabalhos sobre reeleição para os executivos no Brasil são, ainda, muito escassos, principalmente quando se trata dos municípios brasileiros. Porém, em nossos achados de estudos sobre o tema, encontramos Thomas Brambor e Ricardo Ceneviva pesquisando sobre “Reeleição e Continuísmo nos Municípios Brasileiros”. Os resultados da pesquisa (ainda em andamento) foram apresentados na Reunião Anual da American Political Science Association) em Seattle (APSA) Estados Unidos da América (EUA) em setembro de 2011 e no 8º. Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política em Gramado (RS) em agosto de 2012. Brambor e Ceneviva trabalham com os dados eleitorais dos pleitos de 1996, 2000, 2004 e 2008, tendo como base informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral. O ponto de partida dos autores são os candidatos que concorrem repetidamente para um mesmo cargo eletivo. Esquemáticamente, um candidato a prefeito que concorre – como desafiante -, ganha, e depois retorna na eleição subsequente como prefeito pode nos fornecer evidências de quanto melhor (ou pior) um político se sai, em média, como candidato ou como prefeito.

No nosso caso, estamos interessados em mensurar o efeito da incumbência (isto é, ter sido eleito prefeito nas eleições passadas) sobre o desempenho eleitoral dos candidatos na eleição subsequente. Mais precisamente, nos interessamos pela diferença no desempenho eleitoral entre os candidatos detentores de mandatos - o grupo tratamento - e os candidatos desafiantes - o grupo controle. O problema desse tipo de abordagem é que nunca é possível observar os dois possíveis resultados - incumbente e desafiante - para um mesmo candidato numa mesma eleição. Por esse motivo, estimamos o efeito médio da incumbência para um conjunto de candidatos que concorrem repetidamente à Prefeitura, primeiramente, como desafiantes e posteriormente, como incumbentes. (BRAMBOR; CENEVIVA, 2012)

Os autores mostram os posicionamentos dos defensores e dos críticos da reeleição para, depois, através de sua pesquisa, provar a razoabilidade dos posicionamentos. Os que defendem a reforma constitucional argumentam que o direito de reeleição pode ser uma forma de aperfeiçoar a capacidade decisória dos eleitores, permitindo punir o mau governante ou premiar o bom administrador. A reeleição, para eles, funcionaria como um instrumento de responsabilização eleitoral, isto é, de *accountability* dos governantes. Para os críticos, o direito de reeleição dos chefes do Executivo fere os princípios de alternância no poder, de limitação temporal e, principalmente, de equidade nas condições de competência política. O candidato que ocupa um cargo público gozaria de poderes excepcionais, como o uso da máquina pública, durante o processo eleitoral. Ou seja, a possibilidade de reeleição motivaria os candidatos que buscam se reeleger no exercício do cargo a utilizar a máquina pública para obter sucesso eleitoral. Ainda de acordo com os críticos, a reeleição estabeleceria um incentivo à personalização do poder e, principalmente, à perpetuação das elites políticas no poder.

De acordo com Brambor e Ceneviva (2012) os resultados das últimas quatro eleições municipais contradizem os temores de continuísmo político e perpetuação das elites políticas locais. A análise dos resultados eleitorais dos municípios indica que aparentemente não houve, nesse período, nenhuma vantagem eleitoral significativa decorrente da incumbência da Prefeitura. Isto é, os prefeitos que concorreram à reeleição no exercício do mandato público não desfrutaram de vantagem eleitoral relevante nas eleições municipais. Ainda conforme Brambor e Ceneviva (2012) os resultados apontam que os prefeitos que tentaram a reeleição no exercício do cargo sofreram uma considerável corrosão em seu desempenho eleitoral. Por conseguinte, a taxa de prefeitos elegíveis que lograram obter um segundo mandato foi baixa.

Brambor e Ceneviva (2012) aferem que apenas 65% dos prefeitos elegíveis tentaram a reeleição. Desses, só a metade conseguiu se reeleger. De acordo com a análise que os autores fazem dos dados, isso significa que pouco menos de um terço dos prefeitos que se elegeram

por uma diferença de votos para o segundo colocado igual ou menor do que 1% na primeira eleição conseguiram se reeleger prefeitos no exercício da função para mais um mandato. Candidatos que se elegeram prefeitos por margem de votos um pouco mais favorável na primeira eleição não tiveram melhor sorte. Ainda de acordo com a pesquisa, prefeitos eleitos com uma margem igual ou menor a 3% dos votos válidos, por exemplo, sofrem um decréscimo médio de 3,7% nas margens de voto quando tentam a reeleição. A pesquisa mostra que apenas 70% dos prefeitos elegíveis tentaram a reeleição e menos da metade desses foram bem-sucedidos em defender seus mandatos. Por conseguinte, nesse intervalo, pouco mais de um terço dos prefeitos conseguiram permanecer no cargo por dois mandatos consecutivos. Prefeitos eleitos por uma diferença de até 5% dos votos válidos com relação ao segundo colocado experimentam um decréscimo médio na margem de votos de aproximadamente 4%, quando concorrem à reeleição no exercício do mandato. Consequentemente, pouco mais de 34% desses prefeitos permaneceram no cargo por dois mandatos consecutivos.

Os resultados expostos pelos autores vêm corroborar com os achados da análise anterior: prefeitos que concorrem à reeleição no exercício do cargo experimentam uma considerável corrosão em seu desempenho eleitoral. Por conseguinte, a taxa de prefeitos que logram obter um segundo mandato é baixa. A pesquisa não avalia as causas da desvantagem eleitoral dos prefeitos que concorrem no exercício da função. Mas afirmam que a desvantagem dos prefeitos é maior nas cidades pequenas e mais pobres.

Barreto (2009) analisa o fenômeno da reeleição, no entanto canaliza seu estudo no resultado obtido por prefeitos de 62 municípios brasileiros, sendo 26 capitais e 36 municípios que contavam com mais de 200 mil eleitores desde o ano de 2000. Ele trabalhou com os quatro pleitos: 1996, 2000, 2004 e 2008. O primeiro (1996) serviu apenas como referência para as comparações, uma vez que estes prefeitos imbuídos no cargo tiveram a oportunidade de pleitear a reeleição imediata. Mesmo assim, de acordo com Barreto, em 2000, 77% dos prefeitos puderam concorrer à reeleição.

Na média geral das três eleições analisadas, 84% dos prefeitos se reapresentaram; apenas 16,1% desistiram. Demonstra esses dados a intensa procura dos prefeitos pela reeleição. Dos que buscaram a reeleição, a pesquisa de Barreto indica que 72,5% conseguiram se reeleger, e apenas 27,5% foram derrotados. “Pode-se dizer que é elevada a probabilidade do *incumbent* garantir um novo mandato. Porém, este não é um investimento alheio a riscos, ao contrário, a média de 27,5% de insucesso não pode ser considerada desprezível e merece ser analisada com mais cuidado.” (BARRETO, 2009, p. 110). Ele procurou identificar quem

derrotou o *incumbent* nessas eleições. Trabalhou com duas categorias: ex-prefeito e desafiante. Nas três eleições, o incumbente foi derrotado por 69,7% por desafiante e 30,3% por ex-prefeitos. Agora quando se defrontam incumbente, ex-prefeito e desafiante, a vantagem é de quem está no poder. A média do período é de 70,5%; enquanto o ex-prefeito tem sucesso em aproximadamente 23% e o desafiante em 7%. Quando a disputa é entre o incumbente e desafiante, a vantagem fica para o incumbente em 74% contra 26% do desafiante. E quando a disputa se dá entre ex-prefeito e desafiante, a vantagem é para o desafiante em 65% contra 35% do ex-prefeito.

Barreto conclui que a adoção da reeleição nas eleições municipais modificou efetivamente a dinâmica das disputas. A presença do incumbente modifica o cenário da eleição. Na ampla maioria dos casos analisados (73%), ele permanece no cargo.

Deliberador e Komata (2010, p. 83) buscaram a mesma linha de pesquisa de Barreto. Analisaram os resultados das eleições de 2008, abrangendo um subconjunto de 41 municípios (26 capitais e 15 municípios da região metropolitana de São Paulo). Nesse estudo, assim como em Barreto, eles também encontraram uma significativa vantagem eleitoral dos prefeitos candidatos à reeleição. De acordo com esses autores, os resultados favoráveis aos prefeitos demonstraria que seus desafiante não dispõem dos meios para enfrentar as vantagens eleitorais provenientes do mandato público.

A crítica que se faz ao trabalho dos dois estudos é que eles valem-se de subconjuntos de municípios pouco representativos do universo de mais de 5.560 municípios brasileiros. As análises de Brambor e Ceneviva (2012), são mais consistentes e indicam que as capitais dos estados, assim como o conjunto das cidades com mais de 200 mil eleitores – nas quais se realiza um segundo turno com os dois candidatos mais votados caso nenhum dos candidatos alcance mais de 50% dos votos -, apresentam resultados muito diversos daqueles encontrados para a totalidade dos municípios do Brasil. Em nenhum dos estudos foi mencionado a regra de segundo turno, sendo este fato uma segunda eleição que requer estabelecimentos de novos acordos e coligações, em que partidos ou grupos no primeiro turno antagônicos, juntam-se para um novo enfrentamento eleitoral.

Titunik (2009) fez seu estudo sobre a vantagem eleitoral dos prefeitos nas eleições municipais no Brasil, valendo-se de um modelo de regressão descontínua para analisar a vantagem da incumbência dos partidos políticos brasileiros. Ela usou os dados das eleições municipais de 2000 e 2004 para todos os municípios brasileiros. Titunik (2009) encontrou evidências de um forte efeito eleitoral negativo da incumbência, tanto na margem de voto dos partidos como na probabilidade de o partido permanecer no poder. A pesquisa de Titunik

(2009) ficou voltada para o desempenho dos três maiores partidos que fizeram o maior número de prefeitos nas eleições de 2000: PMDB, PSDB e PFL.

De acordo com o trabalho de Titiunik, (2009) para o PMDB, ela estima que a incumbência da prefeitura em 2000 gerou um efeito negativo de cerca de 20% na probabilidade de ganhar as eleições de 2004. A desvantagem da incumbência estimada em termos de margem de voto para o PMDB é de aproximadamente 6 pontos percentuais. Para o PFL, a incumbência do cargo em 2000 afeta negativamente a probabilidade de ganhar em 2004, aproximadamente, em 20% e a margem de voto em quase 4,5 pontos percentuais. Para o PSDB, o efeito da incumbência sobre a probabilidade de ganhar é também negativo, mas não é estatisticamente significativo nas várias especificações consideradas por ela. O efeito estimado na margem de voto também é estatisticamente não significativo para todas as especificações.

Chama a atenção no trabalho de Titiunik (2009) o foco apenas na incumbência dos partidos políticos, uma vez que em nosso sistema partidário brasileiro as legendas são fracas e desfrutam de pouca lealdade tanto de eleitores quanto de candidatos. A mutabilidade partidária é uma constante, produzindo, assim, um ambiente favorável às práticas políticas individualistas para a busca do voto pessoal. Soma-se a essa circunstância o baixo nível de polarização ideológica no sistema partidário brasileiro, além de uma forte prevalência de coligações partidárias para os executivos municipais. De acordo com nossa pesquisa, no Pará, nas eleições de 2000, 93,7% de todos os candidatos estavam concorrendo por coligações partidárias; no Brasil, esse número foi de 73,7% no mesmo ano. Em 2004, esse índice é ainda maior, 98,6% dos candidatos apoiados por mais de um partido político; no Brasil, esse número foi de 80%. Portanto, dentro desse contexto, estimar tão somente a vantagem eleitoral dos partidos incumbentes e desconsiderar a vantagem eleitoral dos candidatos detentores de mandatos parece não fazer muito sentido do ponto de vista metodológico e analítico.

Meneguín e Bugarin (2001) desenvolveram um modelo econométrico de determinação do nível ótimo de gastos do governo, que tem na disciplina de mercado e na reeleição seus sustentáculos. O objetivo é promover um novo estudo que relacione a possibilidade de reeleição do governante com a situação do déficit público do governo. O estudo sugere o seguinte resultado: “o instituto da reeleição incentiva o governo estadual a não se endividar excessivamente no primeiro mandato e, quanto maiores as chances de se reeleger, mais cauteloso será o governador em sua política fiscal” (MENEGUÍN; BUGARIN, 2001, p. 615). Tal resultado é oposto àquele previsto pela teoria dos ciclos econômicos de origem política

(*political business cycles*¹). O presente estudo defende o instituto da reeleição como uma forma de contenção de gastos.

O estudo de Meneguín e Bugarín (2001) vem trazer mais argumentos positivos aos que defendem a reeleição, tornando o debate em torno do tema mais acirrado. Um dos argumentos para essa nova alteração constitucional é a quase impossibilidade de se controlar o uso da “máquina governamental” em proveito daqueles que desejam continuar no poder, criando um viés favorável aos ocupantes de cargos públicos. Além disso, argumenta-se que longos períodos de governo – como os favorecidos pela reeleição – tendem a impulsionar a corrupção, pois aumentam as chances de se formarem grupos destinados a se aproveitar de sua posição na administração pública para fins ilegítimos. O estudo de Beneguín e Bugarín (2001) revela que a permanência no poder reduz o ganho extra de um déficit fiscal, levando a concluir que, quanto maior a probabilidade de reeleição, menor é a disposição a se ter despesas superiores a receitas, pois os encargos do déficit serão suportados pelo mesmo governador responsável pela política de gastos desregrada. Reciprocamente, quanto menor a probabilidade de ser reeleito, maior será o gasto no primeiro período (MENEGUÍN; BUGARÍN, 2001).

Os resultados encontrados pelos pesquisadores, tanto teóricos quanto econométricos, sugerem que a existência da reeleição na legislação eleitoral incentiva os governos estaduais a não contraírem empréstimos exacerbados no primeiro mandato, já que há chances de o próprio governante que promoveu o endividamento ter que arcar com o ônus dos empréstimos, o que diminuiria a receita pública disponível no futuro. Na mesma linha de raciocínio, o estudo mostrou que, quanto maiores forem as chances de o governador se perpetuar no cargo, por meio de outros mandatos, mais cautela ele terá com relação aos déficits estaduais. Dessa forma, o modelo indica que o instituto da reeleição vem revelar uma maneira de se promover um melhor controle de gastos, evitando a aplicação de recursos públicos em despesas que não sejam prioridade da população, bem como exigindo dos governantes uma maior responsabilidade fiscal, o que os leva a gerir o erário com mais eficiência.

Em outro estudo Meneguín; Bugarín e Carvalho (2005) valem-se do referencial teórico desenvolvido no trabalho anterior - “*Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nas políticas de gastos públicos*” -, e o aplicam aos resultados das eleições

¹ A política de ciclos econômicos defende que a perpetuação do mesmo governante no poder pode causar distorções fiscais que interferem negativamente nas contas públicas.

municipais de 2000. De acordo com o novo estudo, no geral, com relação à despesa agregada, as evidências mostram que o governante que pretende se reeleger tende a controlar os gastos públicos, pois suas chances de reeleição diminuem à medida que a despesa *per capita* aumenta. Quando se discrimina a despesa entre custeio (manutenção da máquina administrativa) e investimentos públicos (obras), nota-se que o eleitor pune a primeira e premia a última, confirmando a intuição de que obras públicas cativam o eleitorado. Do lado da receita, o eleitor favorece o governante que consegue recursos para o município, em especial os que não são obtidos via política tributária.

Segundo os pesquisadores, os resultados permitem inferir que o comportamento dos eleitores brasileiros se assemelha aos dos estadunidenses, evidenciado em Peltzman (1990, 1992) segundo o qual os eleitores tendem a punir governantes que implementam políticas fiscais muito frouxas. Além disso, os dados municipais utilizados nesta análise confirmaram, com muito mais precisão, o estudo anterior desenvolvido em Meneguini; Bugarin (2001).

Tendo como *locus* precípua o município, Veiga (2004) desenvolve seu estudo descrevendo e explicando a competição política municipal, assim como evidenciou os determinantes das disputas eleitorais para o nível municipal de governo. Ele analisou os resultados eleitorais de três eleições consecutivas, 1992-1996-2000. Como a nossa pesquisa tem como variável principal a reeleição, o estudo de Veiga se torna fundamental em função de analisar os resultados das eleições de 2000 que foi a primeira eleição dentro da nova regra do sistema eleitoral brasileiro. Também o ano de 1996 é importante porque os incumbentes foram os primeiros a terem o direito a disputar um segundo mandato no exercício do poder. Veiga centra sua pesquisa a partir do ator político municipal (VEIGA, 2004) para perseguir e responder a questão principal: “Se todo governante gostaria de manter o controle político por tempo indefinido sobre a máquina administrativa municipal, por que uns prefeitos têm sucesso e outros não?” (VEIGA, 2004). Trago essa discussão para o nosso trabalho porque é o primeiro *insight* do estudo da reeleição em que vamos aprofundar nas quatro eleições subsequentes, no entanto com o foco voltado para o controle democrático ou oligárquico do voto nessas eleições.

O estudo de Veiga é sedimentado numa amostra de 30 municípios paraenses classificados pelo índice IQVU², os quais foram divididos em três *clusters*, assim denominados: Municípios com IQVU Muito Baixo, Baixo e Médio.

² IQVU- Índice Geral de Qualidade de Vida Urbana, composto de quatro índices setoriais: renda, habitação, saneamento e educação (e não somente alfabetização), elaborado pela equipe da professora Helena Tourinho, atendendo a um projeto denominado: Indicadores de Qualidade de Vida Urbana e

Veiga, em seu achado, observa que 25% dos prefeitos incumbentes de 1992 conseguiram eleger seus sucessores em 1996; e cita os municípios dos prefeitos que conseguiram manter o continuísmo – dentro da amostra de 30 municípios -, (Rondon do Pará, Moju, Benevides, Irituia, Concórdia, Augusto Corrêa e São Caetano) e que em 1996, 40% dos prefeitos incumbentes, conseguiram a reeleição em 2000. De acordo com a nossa pesquisa em que se avaliou os 143 municípios paraenses, o índice dos reeleitos em 2000 foi de 40,6% e os que não conseguiram sucesso somaram 59,4%. Como se percebe, mesmo como uma amostra, os índices de Veiga vem confirmar a nossa pesquisa. Os dados demonstram globalmente que apenas na minoria dos municípios paraenses os políticos conseguem se manter no poder político, mesmo em tempos de reeleição, sendo que a grande maioria não consegue manter seguidamente o poder político municipal (VEIGA, 2004).

O pesquisador mostra em seu estudo que os municípios com IQVU baixo e muito baixo, apresentam altos índices de analfabetismo, e de um tipo de sobrevivência assentada na agricultura de subsistência, em um comércio urbano incipiente e na dependência crônica da população à precária máquina pública municipal. Este perfil revela o aprisionamento desses municípios a um passado oligárquico, que deixa sua marca em forma de exclusão social e política das massas empobrecidas (VEIGA, 2004). De acordo com Veiga, nesses municípios, possivelmente, os prefeitos vivem de pires na mão, frente ao Executivo estadual e aos parlamentares estaduais e federais, em busca de emendas no orçamento que venham a melhorar o investimento municipal em infraestrutura urbana e na criação de emprego e renda.

Ao fazer a conexão com índices orçamentários e reeleição, Veiga (2004) afirma que os municípios muito pobres acabam por se transformar, em sua maioria, em cemitério político de prefeitos que aspiram vãos mais altos na política. Estes dados também demonstram que o eleitorado municipal, seja nos municípios médios, pobres e muito pobres, vem revelando uma grande capacidade de escolha política, pois premia ou pune os prefeitos incumbentes, de acordo com o desempenho administrativo destes, representado pelo alto percentual de reeleição nos municípios médios e pelo baixo percentual de reeleição nos municípios muito pobres. Os achados de Veiga veem confirmar o que Meneguín e Bugarin (2001) encontraram em sua pesquisa.

A pesquisa de Veiga corrobora com os pressupostos da teoria da racionalidade, ou seja, o eleitorado, mesmo que seja muito pobre, dá em cada processo eleitoral um atestado inequívoco de que sabe escolher seus dirigentes políticos. Estes dados também revelam que

ninguém mais possui, pelo menos dentro de nossa amostragem, o controle, de acordo com o modelo coronelista, do eleitorado municipal (VEIGA, 2004).

Segundo Veiga, (2004) a pesquisa revela com nitidez que a regra que produziu a reeleição nas disputas eleitorais brasileiras está produzindo uma moderação ideológica do sistema partidário municipal. Isto é, um movimento de direção centrípeta. Ele comprova essa afirmação a partir das eleições de 2000, onde em 57% da amostragem os dois principais candidatos aglutinaram mais de 90% dos votos válidos, obtidos através de estratégias aliancistas, configurando um sistema eleitoral altamente competitivo, envolvendo uma disputa excludente entre dois grandes blocos políticos municipais (VEIGA, 2004). Essa alta competição vai ser comprovada ao analisarmos no capítulo seguinte da nossa pesquisa nas demais eleições municipais 2004-2008-2012 em que a alternância de poder vai se manifestar de maneira preponderante. Veiga (2004) afirma, ainda, que essa concentração de votos em torno dos dois principais candidatos é consequência da estratégia de construção de coligações eleitorais, refletindo uma opção racionalizada dos principais candidatos pela busca do controle político da máquina administrativa municipal. Por outro lado, afirma o pesquisador, este pragmatismo eleitoral acaba por moderar todo o sistema político municipal, tendo em conta que os adversários de hoje podem ser aliados amanhã.

Veiga (2004) aponta que somente as eleições de 2004 nos darão um padrão mais consistente dos rumos dessa fragmentação para os próximos períodos. Se haverá migração para uma alta fragmentação partidária municipal ou se, ao contrário, consolidar-se-á uma fragmentação média, indicando uma acomodação partidária das elites políticas municipais.

O pesquisador conclui, afirmando que os dados empíricos indicam que, apesar de até hoje o Brasil não ter executado uma reforma agrária ampla e democrática, o coronelismo como um estilo caudilhesco e monopolizador da política municipal não mais subsiste no solo brasileiro. Ao que parece, o avanço de políticas sociais de educação e o intenso êxodo rural – que transformaram os municípios brasileiros em majoritariamente urbanos nos últimos 30 anos – acabaram por liquidar com as pretensões eleitorais monopolistas das oligarquias no espaço local brasileiro (VEIGA, 2004).

Além dos autores que já discorri até então, outros pesquisadores, ao longo desses 16 anos de instauração do instituto da reeleição, já procuraram pesquisar sobre essa nova regra do sistema eleitoral brasileiro. Dentre eles podemos mencionar Mendes, Rocha e Amorim “O que reelege um prefeito?”. *Texto para discussão n. 7*, Senado Federal, Brasília, 2004), por exemplo, analisam como o desempenho no cargo pode contribuir para as chances de o prefeito ser reeleito. Pereira, Carlos & Rennó, Lucio. 2007. “O que é que o reeleito tem? O

retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”. (REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, 2007, p. 685). Investigam os determinantes do sucesso eleitoral em duas eleições consecutivas para a Câmara dos Deputados, 1998 e 2002. É testado se o modelo desenvolvido para as eleições de 1998 (PEREIRA; RENNÓ, 2001, 2003) também se aplica às eleições de 2002. O estudo comparado de duas eleições consecutivas aumenta a capacidade de produzir generalizações sobre eleições legislativas. Esse é um passo necessário, embora não suficiente, para consolidar uma teoria sobre sucesso eleitoral em um sistema proporcional com lista aberta, conjugado com uma extrema preponderância do executivo na arena legislativa. Barreto, A.G.; “Eleições municipais comparadas: a escolha do chefe do executivo no Brasil e no Uruguai e o impacto sobre os sistemas partidários locais (2000-2005)”. (REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2012, p. 301), analisa comparativamente o impacto que a reeleição têm causado nos sistemas políticos dos dois países, tendo como foco as disputas para prefeito no Brasil e intendente no Uruguai. Busca-se saber como, a partir da possibilidade de reeleição e com disputas em calendário próprio, a eleição do chefe do executivo nas instâncias locais tem se apresentado nos dois países, no que tange a candidatos e partidos postulantes, resultados, bem como as consequências que produz nos sistemas partidários.

Como se perceber nessa revisão da literatura, ainda são poucos os trabalhos que discutem o tema reeleição a partir do poder local, no entanto nos fornecem elementos teóricos que indicam e instigam o aprofundamento de pesquisa na área. A nossa pesquisa é uma tentativa de dar um passo na busca de melhor compreensão dessa regra instalada no sistema eleitoral brasileiro que mudou as relações de poder no âmbito municipal. No capítulo seguinte, vamos adentrar nos números encontrados de nossa pesquisa.

3 O CENÁRIO DA REELEIÇÃO NO PARÁ: CONTINUISMO E ALTERNÂNCIA DE PODER NAS ELEIÇÕES DE 1996-2000-2004-2008-2012

3.1A linha de tempo da reeleição 2000-2004-2008-2012

Sob a ótica do continuísmo, verificamos que a partir de 1996, as eleições têm duas alternativas, onde a elite se mantém ou não no poder. Para tal, o Banco de Dados (BD) de nossa pesquisa foi formulado para permitir visualizar os momentos de continuidade ou de alternância de poder nas cinco eleições analisadas. Optou-se por essas duas categorias analíticas – continuísmo e alternância -, para dar maior precisão e maiores possibilidades de cruzamentos com as variáveis dependentes. Além disso, vamos poder analisar de forma geral (os 143 municípios) ou pelas seis Mesorregiões do Estado: Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense.

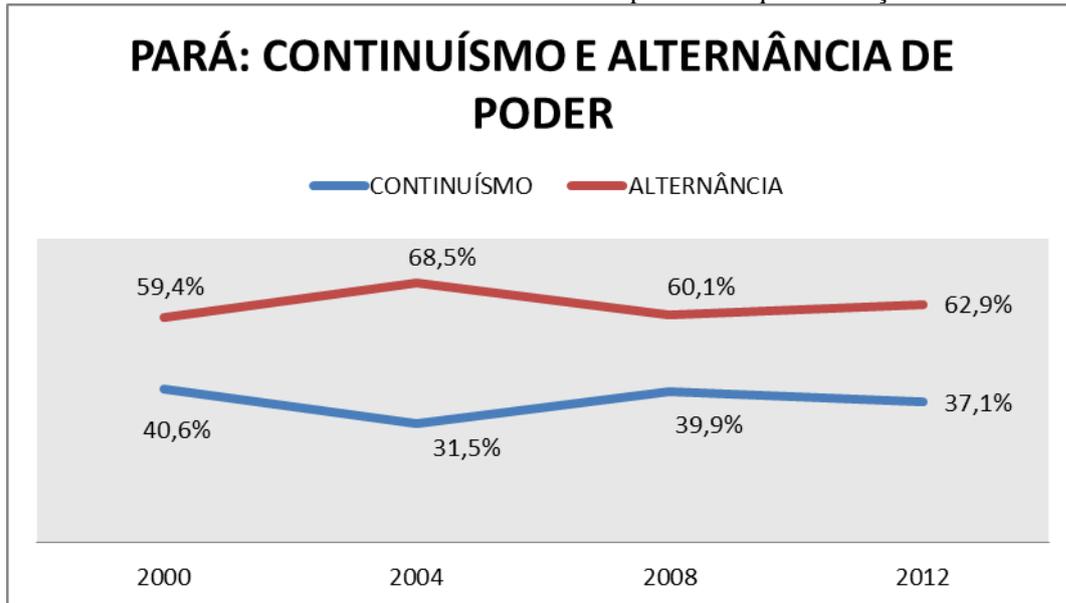
Desde quando foi instituída a nova regra eleitoral no Brasil, o instituto da reeleição, poucas pesquisas têm sido realizadas para estudar esse fenômeno. Muitas perguntas têm sido feitas durante esse período. Questionamentos que passam pela crítica a essa regra, como por exemplo, o candidato que concorre no cargo tem maiores chances de se reeleger do que os outros, uma vez que tem a máquina administrativa nas mãos, tem a chave do cofre, tem uma gama de eleitores empregados que dependem do cargo para sobreviver. Será que isso é verdade? Ao analisar as quatro eleições municipais que foram empreendidas pós-instituto de reeleição acatamos ou refutamos essa crítica? Os que defendem a reeleição o fazem tendo como base que se o incumbente fez uma boa administração, merece ser premiado por mais quatro anos; se não fez, merece a punição não obtendo sucesso na reeleição. O que diz a análise das cinco eleições municipais?

Nesse período – 1996 a 2012 -, quantos partidos ou grupos políticos conseguiram se manter no poder? Quais os municípios paraenses que tiveram grupos ou partidos políticos por mais tempo no poder? Quais as regiões do Pará que houve mais alternância no poder e quais as que o continuísmo perdura por mais tempo? Quantos conseguem fazer seu sucessor? Esses municípios onde grupos ou partidos políticos se mantem mais tempo no poder são municípios pobres ou ricos, com um PIB alto, médio ou baixo? Ou ainda com índices de analfabetismo alto ou baixo? Nesses municípios, a concentração da população está mais na área urbana ou rural? Houve alteração drástica, isto é, grandes mudanças da área rural para a área urbana? Será que quanto mais pobre o município, grupos ou partidos políticos conseguem se manter mais tempo no poder? Ao contrário, será que quanto mais rico o município, mais alternância

no poder de grupos ou partidos políticos? Ou ainda, será que municípios com baixo PIB propicia maior domínio de grupos oligárquicos pelo voto?

A pesquisa que empreendemos mostra que ao longo das quatro eleições com a nova regra no sistema eleitoral brasileiro, o índice de prefeitos reeleitos é bem menor do que aqueles que não conseguiram sucesso no pleito. Com esse achado, a tese dos que criticam a reeleição é posta em dúvida, ganhando força os que defendem a reeleição.

Gráfico 1- Continuísmo e alternância de poder nas quatro eleições consecutivas



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE

Tabela 1- Continuísmo e alternância de poder

	2000	2004	2008	2012
CONTINUÍSMO	40,6%	31,5%	39,9%	37,1%
ALTERNÂNCIA	59,4%	68,5%	60,1%	62,9%
TOTAL	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Nesse primeiro olhar de maneira geral, mas com grande importância na linha histórica do estudo da reeleição no Estado do Pará, podemos verificar que a alternância de poder tem índices que mostram que com essa nova regra instituída no sistema eleitoral denota maior competitividade em todas as eleições analisadas. Já em 2004, segunda eleição com a nova regra, a alternância de poder chega ao maior índice, 68,5%. Em 2000, inaugurando a reeleição, todos os prefeitos eleitos em 1996 puderam defender seu mandato. O resultado do pleito já mostra o índice de prefeitos reeleitos abaixo da alternância, isto é, apenas 40,6%

conseguiram se reeleger; já em 2004 esse índice cai ainda mais, chegando ao patamar de 31,5%; em 2008, os reeleitos voltam ao patamar de 2000, chegando em 2012 com percentual de 37,1%. Como demonstrado na (Tabela 1), ao longo dos quatro pleitos pós-instituto da reeleição, há uma média de 62,7% de prefeitos que não conseguem se reeleger. Quais as regiões do Pará que se concentram mais continuísmo ou menos continuísmo? Quais os municípios que representam esse fenômeno? Quais as características desses municípios?

Em se tratando das mesorregiões paraenses, a pesquisa demonstra (Tabela 2) onde tem menos ou mais continuísmo, isto é, onde houve mais manutenção no poder de grupos ou partidos políticos; ou onde houve mais alternância de poder de grupos ou partidos políticos.

3.2 A linha de tempo da reeleição 2000-2004-2008-2012 nas mesorregiões

Para adentrarmos em nossa pesquisa, analisando a reeleição através das categorias do continuísmo e da alternância de poder nas Mesorregiões, é de fundamental importância inserir algumas características de cada região para que possamos entender que, mesmo analisando os municípios paraenses, vamos encontrar situações econômicas gritantes entre uma e outra mesorregião, contribuindo, assim, para entendermos o fenômeno do continuísmo e da alternância de poder nos municípios dessas mesorregiões. Para tanto, buscamos nos estudos de Silva, F. ; Silva, L. (2008) em que tratam da “História Regional e Participação Social nas Mesorregiões Paraenses” os elementos que caracterizam essas Mesorregiões; além de alguns apontamentos em Veiga.

Segundo o IBGE os 143 municípios do Estado estão agregados em vinte e duas microrregiões e seis mesorregiões. Atualmente, as mesorregiões metropolitana de Belém e Sudeste paraense são economicamente mais expressivas que as outras quatro: Baixo Amazonas, Sudoeste, Nordeste e Marajó, que apresentam índices com menores desempenhos, principalmente as duas últimas. A maior mesorregião do Pará é a do Sudoeste, polarizada pelas cidades de Altamira e Itaituba, cujo território possui 1/3 da área do Estado, 415,8 mil Km², e também é a de menor densidade demográfica, 1,2 habitantes por Km², contrastando fortemente com a região metropolitana de Belém, onde as cidades de Ananindeua e Belém concentram cerca de 2700 e 1.360 pessoas por km² em seus territórios. A mesorregião Metropolitana de Belém e do Nordeste concentram a maioria da população estadual, cerca de quatro milhões e duzentas mil pessoas, representando 55,8% da população total do Estado; vindo a seguir o sudeste do Pará, com 1,6 milhões de habitantes, ou seja, 21,7% da população paraense. O crescimento da população nos anos 1970-2007 foi mais significativo nas

mesorregiões do sudeste e sudoeste, 7%. Aproximadamente 2/3 da população do Pará habita nas cidades, grau inferior a média do Brasil, onde pouco mais de 80% residem em áreas urbanas. Somente no Marajó essa relação é inversa (2/3 da população ainda habita nas zonas rurais). A região com maior grau de urbanização, após a Mesorregião de Belém, é o sudeste paraense, com destaque para o município de Redenção, centro sub-regional onde 95% de seus habitantes vivem na sede municipal.

Também o Sudeste é a mesorregião mais industrializada do Pará, 48,6%, seguida pelo Baixo Amazonas, 32,5% e Região Metropolitana de Belém, 28,9%. A indústria predominante é a de extração mineral, onde a Companhia Vale do Rio Doce (hoje apenas Vale), em Carajás, a Mineração Rio do Norte, em Oriximiná, e a ALBRAS/Alunorte, em Barcarena, são as mais expressivas na formação do PIB industrial. A mesorregião economicamente mais dinâmica do Pará é o sudeste, onde só o município de Parauapebas ganhou 10,8 pontos percentuais 2009-2010 e se consolidou como o segundo maior PIB do Estado. Também o PIB per capita do sudeste é o maior das mesorregiões 27,7 mil reais, contra apenas cerca de 10,6 mil reais no Nordeste e Marajó.

2

Essa riqueza do sudeste tem um preço que a sociedade está pagando, isto é, o elevado desmatamento regional, sendo o sul do Pará a área mais alterada do Estado nos últimos 40 anos e, juntamente com a macrorregião nordeste, é a mais desmatada: Belém, 99,5%, Nordeste 72,6% e Marajó, 46,1% da floresta abatida. A pobreza também é mais intensa na Bragantina e no Marajó, 68,5% e 73,9%, sendo mais amena no sudeste, 53% da população.

Em resumo, pode-se inferir que a situação atual da socioeconomia paraense é paradoxal, isto é, crescimento econômico acompanhado de crescimento da pobreza e não superação dos problemas sociais como acesso à saúde, educação, habitação e saneamento básico adequado para boa parcela da população. Esse quadro é pior no Nordeste do Estado e melhor na região economicamente mais dinâmica, o sudeste paraense (SILVA, F.; SILVA, L. 2008).

De acordo com Veiga (2004), a agropecuária é a base da economia das microrregiões de Paragominas e mesorregião do Marajó. Mais recentemente o governo do Estado vem estimulando o surgimento da produção de grãos e frutas, como o abacaxi, a soja, com o objetivo exportador, notadamente no sul, sudeste e Baixo Amazonas. De uma forma geral, as populações pobres da zona rural do Estado sobrevivem da agricultura familiar e da venda subvalorizada da força do trabalho. A produção de políticas de infraestrutura como a eletrificação total do Estado, a construção de portos, aeroportos e da Alça Viária, tem o objetivo de integrar as diversas regiões do Estado, gerando condições para a implantação em escala da indústria de transformação dos produtos primários, assim como também visa

incentivar a indústria do turismo ecológico. Porém, os resultados dessas políticas só serão sentidos em médio prazo.

Este é um contexto econômico essencialmente rico, de inserção do Estado, do ponto de vista das riquezas minerais e energéticas. Porém, quando observado microscopicamente, revela um espaço municipal essencialmente pobre, uma vez que as regiões de riquezas são concentradas e sob controle do governo da União, produzindo pouco retorno para o Estado realizar a justiça redistributiva nas demais regiões empobrecidas do Pará (VEIGA, 2004).

Na análise de Veiga, o núcleo central dessa argumentação, em primeira abordagem, é o seguinte: os municípios que sediam grandes projetos minerais, energéticos, ou mesmo que se situam no centro administrativo do Estado, acabam por atrair um grande contingente populacional, sejam imigrantes, sejam camponeses, que encontram cidades sem condições de recebê-los condignamente: pela falta de condições habitacionais, de saneamento, de emprego e renda e de saúde. Estes acabam por se conformar em uma enorme massa urbana demandadora de políticas públicas municipais, num contexto de crise econômica internacional e seus reflexos estagnadores na economia brasileira, ou seja, um contexto de escassez de orçamento público. Em síntese, os municípios paraenses, sejam eles muito pobres, pobres ou médios, padecem dos problemas de escassez de recursos para atender as condições de infraestrutura mínima, para fazer frente às crescentes necessidades de políticas sociais, que se fazem necessárias no espaço municipal.

Partindo desse diagnóstico de escassez orçamentária generalizada, podemos esperar como resultado um espaço político que se transforma em caldo de cultura para o florescimento de trocas políticas de conteúdo assimétrico (VEIGA, 2004) entre os prefeitos paraenses e os oligarcas políticos, como o governador e seu partido incumbente estadual, além de deputados estaduais e federais, principalmente aqueles ligados à base política do governador.

Como a classe política municipal não dispõe de recursos orçamentários para, através de obras e serviços, atender as enormes demandas municipais, nem dispõe de recursos coercitivos para obter a lealdade do eleitorado, só lhe resta uma alternativa: realizar acordos informais com a elite executiva e legislativa estadual e federal, com vistas a potencializar sua capacidade de realizar obras e serviços de interesse do eleitorado local. Este é o contexto ideal para o florescimento, reciclado, do governismo municipal (VEIGA, 2004).

Este é o terreno político dos municípios paraenses, distribuídos em suas mesorregiões por onde vamos percorrer através de nossa pesquisa empírica e saber se a competição pelo

voto se mantém ainda de forma oligárquica ou a democrática já tomou conta das arenas políticas municipais paraenses.

Tabela 2- Continuísmo e alternância de poder nas mesorregiões paraenses no período das quatro eleições consecutivas

		MESORREGIÕES						
ANO		B. AMAZONAS	MARAJÓ	METROPOLI	NORDESTE	SUDESTE	SUDOESTE	Total
				TANA				
2000	ALTERNÂNCIA	42,9%	62,5%	36,4%	63,3%	59,0%	78,6%	59,4%
	CONTINUIÍSMO	57,1%	37,5%	63,6%	36,7%	41,0%	21,4%	40,6%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2004	ALTERNÂNCIA	64,3%	62,5%	72,7%	61,2%	71,8%	92,9%	68,5%
	CONTINUIÍSMO	35,7%	37,5%	27,3%	38,8%	28,2%	7,1%	31,5%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2008	ALTERNÂNCIA	50,0%	50,0%	27,3%	69,4%	71,8%	42,9%	60,1%
	CONTINUIÍSMO	50,0%	50,0%	72,7%	30,6%	28,2%	57,1%	39,9%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
2012	ALTERNÂNCIA	50,0%	56,3%	90,9%	61,2%	56,4%	85,7%	62,9%
	CONTINUIÍSMO	50,0%	43,8%	9,1%	38,8%	43,6%	14,3%	37,1%
Total		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

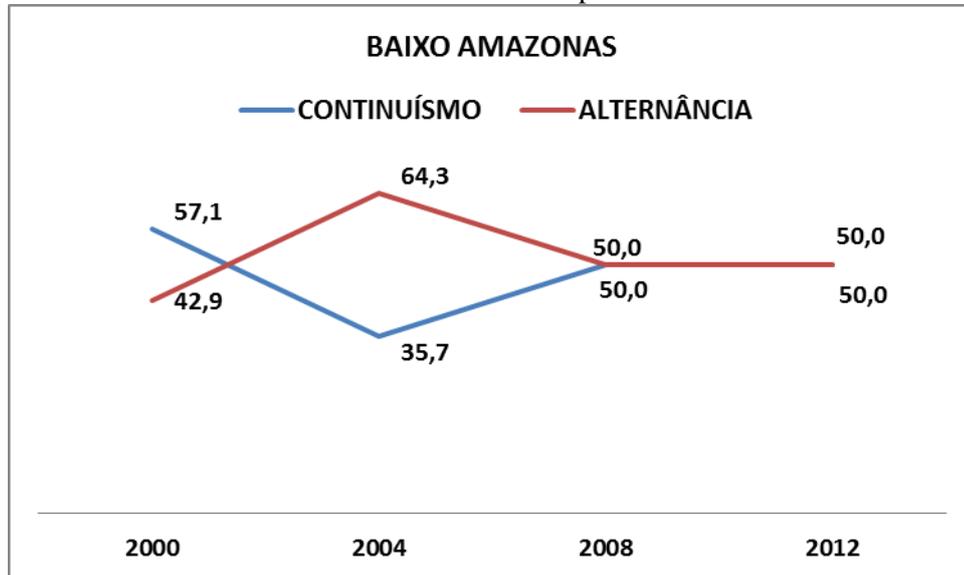
Tabela 3 - Média das quatro eleições municipais pelas mesorregiões

MESORREGIÕES	CONTINUIISMO	ALTERNÂNCIA
B. AMAZONAS	48,2%	51,8%
MARAJÓ	42,2%	57,8%
METROPOLITANA	43,2%	56,8%
NORDESTE	36,2%	63,8%
SUDESTE	35,3%	64,8%
SUDOESTE	25,0%	75,0%
MÉDIA GERAL	37,3%	62,7%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.1 Mesorregião do Baixo Amazonas

Gráfico 2- Continuísmo e alternância de poder no Baixo Amazonas



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

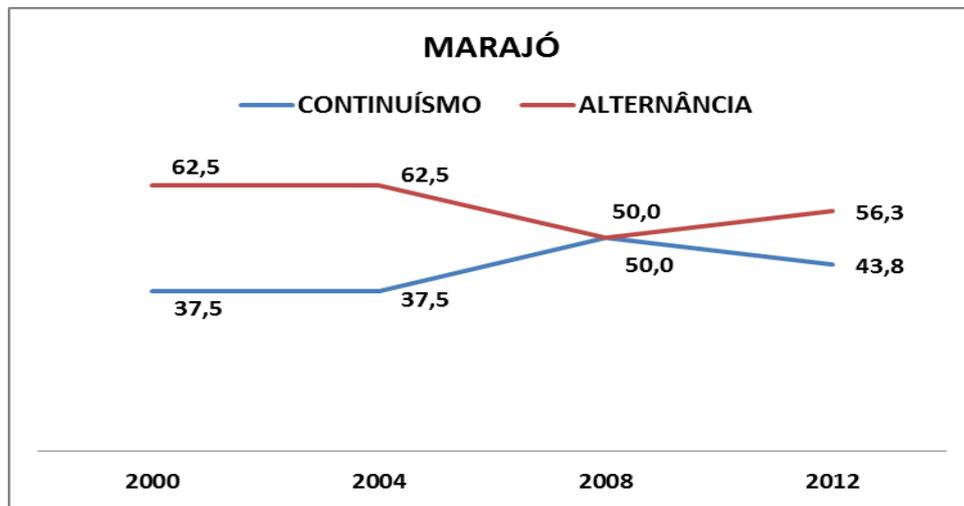
Na Mesorregião do Baixo Amazonas identificamos que houve uma alteração significativa na competição dos dois primeiros pleitos; e dos dois últimos houve estabilização em 50% entre continuísmo e alternância. Em 2000, a taxa dos reeleitos foi de 57,1% contra 42,9% que não obtiveram sucesso no pleito. Na mesma região, em 2004 há uma inversão dos índices em relação a 2000. Os que obtiveram sucesso somaram 35,7%; enquanto os que amargaram derrota subiu para 64,3%. Já em 2008 e 2012, os índices ficaram empatados, 50% continuísmo e 50% alternância de poder. A média das quatro eleições no Baixo Amazonas no que refere ao continuísmo é de 48,2%. Enquanto que a média na alternância de poder nesta mesma região foi de 51,8%.

Tabela 4 - Média do continuísmo e da alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUISMO	ALTERNÂNCIA
B. AMAZONAS	48,2%	51,8%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.2 Mesorregião do Marajó

Gráfico 3 - Continuísmo e alternância de poder na Mesorregião do Marajó

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Na Mesorregião do Marajó, a alternância de poder predomina em relação ao continuísmo. Em 2000, os prefeitos que permaneceram no poder foram de apenas 37,5%; a alternância chegou a 62,5%. Em 2004 o índice da alternância permanece igual ao de 2000. Já na eleição de 2008 há um equilíbrio das forças políticas nesse pleito, 50% se mantêm no poder, enquanto os outros 50% se alternam. Em 2012 a taxa dos prefeitos que permanece no poder cai para 43,8%, enquanto que a alternância sobe para 56,3%. A média do continuísmo é de 42,2%, já a alternância de poder, medindo as quatro eleições municipais chega a 57,8%. O que pode explicar uma significativa alternância de poder numa região onde a população rural representa 57% e a urbana 43%? Onde município como Chaves ter uma população de 88% na área rural e apenas 12% na área urbana e possuir uma forte alternância de poder?

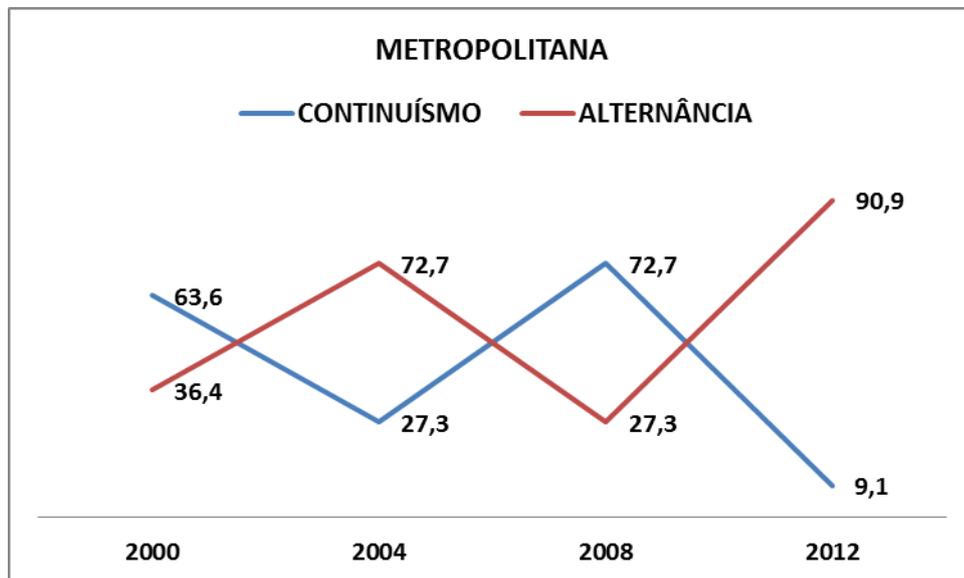
Tabela 5 - Média do continuísmo e da alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUISMO	ALTERNÂNCIA
MARAJÓ	42,20%	57,80%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.3 Mesorregião Metropolitana de Belém

Gráfico 4 - Continuísmo e alternância de poder na Metropolitana de Belém



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Na mesorregião Metropolitana, a maior em proporções populacionais, com mais de 2,4 milhões de habitantes, conforme se verifica no Gráfico 4, o desequilíbrio entre continuísmo e alternância é relevante. A cada ano de eleição há disparates de índices em relação a outra eleição. Em 2000 o continuísmo é de 63,6%, contra 36,4% da alternância de poder. Já em 2004, a alternância de poder chega ao patamar de 72,7% e o continuísmo em 27,3%. Em 2008, esses índices invertem-se, passando o continuísmo para 72,7% e a alternância de poder para 27,3%. No entanto, em 2012 a alternância de poder chega a índices espetaculares politicamente, 90,9%; enquanto que o continuísmo dos grupos ou partidos não logrou sucesso, apenas 9,1%. A média, portanto, nessa mesorregião é de 43,2% de permanência no poder; e de alternância é de 56,8%.

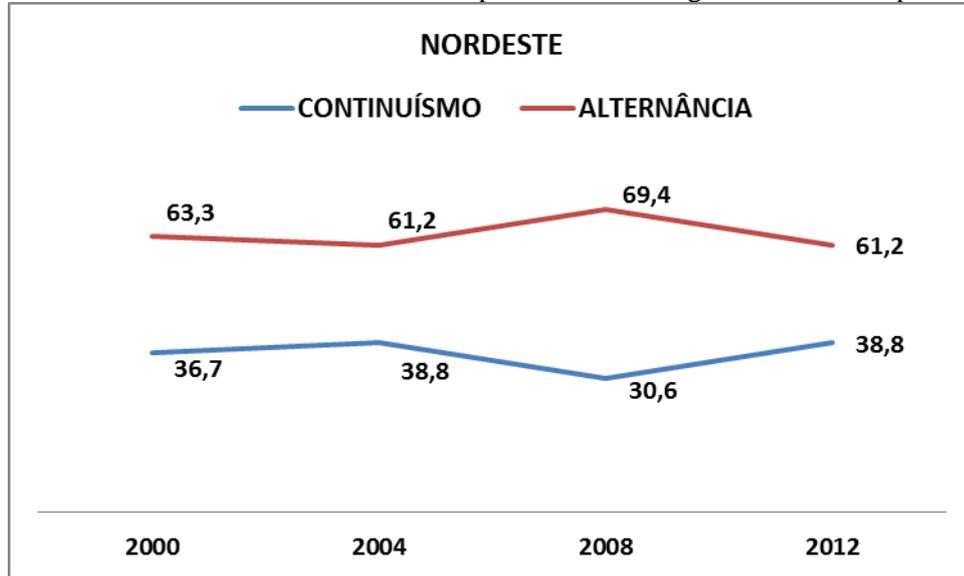
Tabela 6 - Média do continuísmo e da alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUIÍSMO	ALTERNÂNCIA
METROPOLITANA	43,2%	56,8%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.4 Mesorregião do Nordeste Paraense

Gráfico 5 - Continuísmo e alternância de poder na Mesorregião do Nordeste paraense



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Na Mesorregião do Nordeste Paraense, o índice de alternância de grupos políticos ou partidos no poder supera o da Metropolitana. Mesorregião composta por 49 municípios, com estradas de fácil acesso, com uma população com mais de 1,7 milhões de habitantes, tendo 51% dessa população na zona rural e 49% na zona urbana. Ao analisar as quatro eleições municipais, em nenhuma delas o índice de contínuismo superou o da alternância de poder. Em 2000, a permanência no poder foi de 36,7%; já a alternância foi de 63,3%. Ao chegarmos às eleições de 2004, o percentual de alternância sobe para 61,2%, enquanto do contínuismo chega a 38,8%. Nas eleições de 2008 a alternância no poder chega ao patamar de 69,4%, enquanto que o contínuismo dos grupos ou partidos políticos cai para 30,6%. Nas últimas eleições analisadas, 2012, há uma ligeira recuperação do contínuismo, chegando ao patamar das eleições de 2004, com índice de 38,8%; a alternância no poder também volta ao patamar de 2004, 61,2%. A média, portanto, do contínuismo no Nordeste chega a 36,2%; e da alternância a 63,8%.

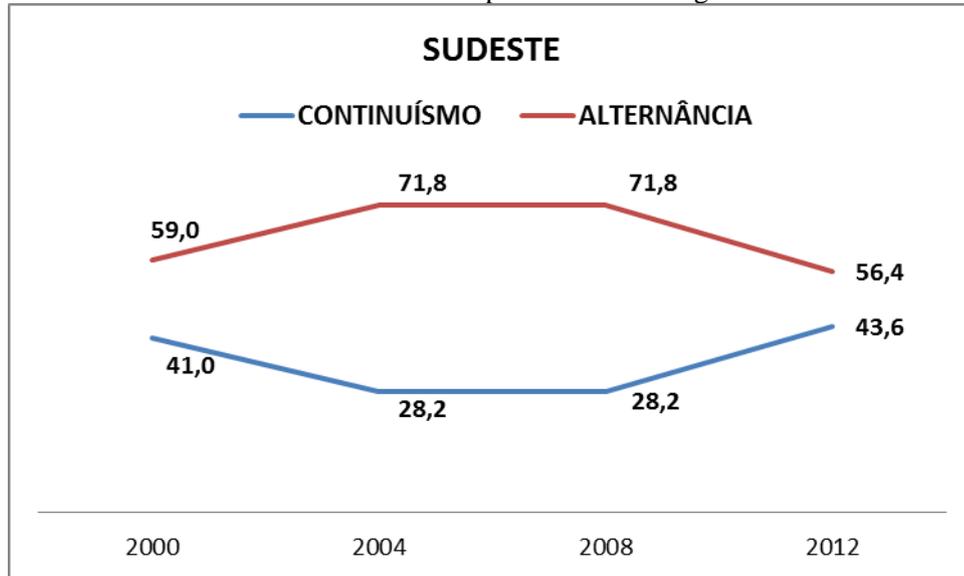
Tabela 7- Média do contínuismo e da alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUISMO	ALTERNÂNCIA
NORDESTE	36,2%	63,8%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.5 Mesorregião do Sudeste Paraense

Gráfico 6 - Continuísmo e alternância de poder na Mesorregião do Sudeste Paraense



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Na Mesorregião Sudeste, formada, predominantemente, por migrantes vindos de outras regiões do Brasil, com uma população urbana de 70% e rural de apenas 30%, a alternância de poder também é significativa nesta mesorregião que é composta por 39 municípios. Em nenhuma das quatro eleições o contínuo esteve à frente da alternância de poder. Em 2000, 59,0% alternaram no poder, enquanto 41,0% se mantiveram no poder. Nas eleições municipais de 2004, o índice da alternância no poder sobe para 71,8%, caindo para 28,2% a manutenção no poder. Em 2008 mantém os mesmos índices de 2004. Ao chegar às últimas eleições, 2012, o contínuo recupera-se, passando seu índice para 43,6% e a alternância de poder para 56,4%. A média, portanto, dessa mesorregião é de 35,2% que consegue manter grupos ou partidos políticos no poder. A média da alternância é de 56,4%.

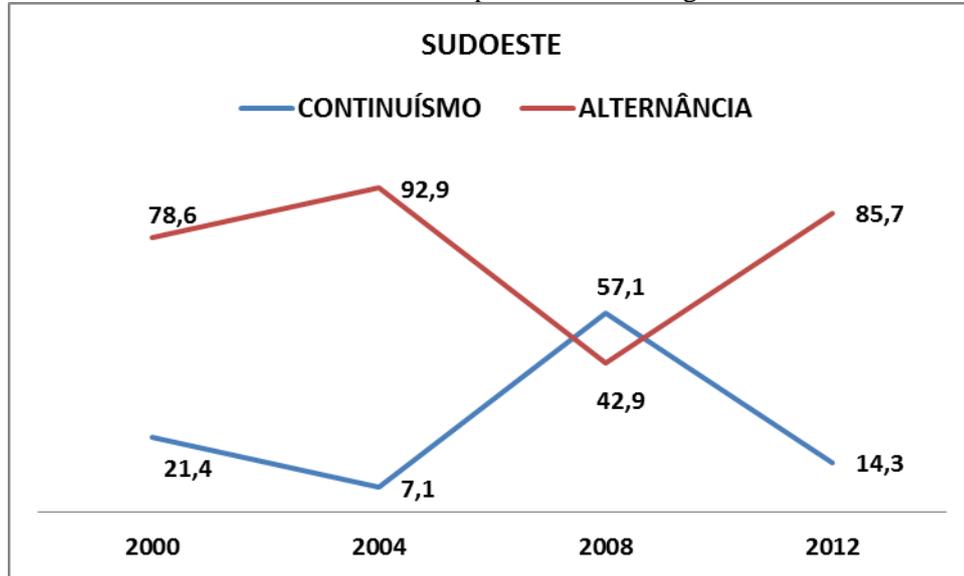
Tabela 8 - Média do contínuo e da alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUISMO	ALTERNÂNCIA
SUDESTE	35,3%	64,8%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.2.6 Mesorregião do Sudoeste Paraense

Gráfico 7- Continuísmo e alternância de poder na Mesorregião do Sudoeste Paraense



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

A mesorregião Sudoeste, fronteira, é formada, como a sudeste, por migrantes vindos de outros estados brasileiros em busca de terras para se implantarem. A população é concentrada em sua maioria na zona rural, 57%; a zona urbana concentra 43% de sua população. Aqui nesta mesorregião, a média de alternância de poder é maior de todas as seis mesorregiões analisadas. Em 2000, o continuísmo foi de apenas 21,4%, a alternância de poder chegou a 78,6%. Nas eleições de 2004, a alternância chega a 92,9%, a continuidade é de apenas 7,1%. Nas eleições de 2008 há uma quebra nesta tendência. Nesta eleição, o continuísmo supera a alternância no poder, 57,1% grupos ou partidos políticos mantêm-se no domínio dos municípios, enquanto 42,9% se alternam. Chegando em 2012, o índice de alternância de poder chega ao patamar de 85,7%; apenas 14,3% mantêm-se no poder. A média encontrada nas quatro eleições municipais para o continuísmo é de 25,0%; a média de alternância no poder é de 75,0%.

Tabela 9 - Média do Continuísmo e da Alternância de poder

MESORREGIÃO	CONTINUISMO	ALTERNÂNCIA
SUDOESTE	25,0%	75,0%

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

3.3 Competição oligárquica ou democrática do voto

Na busca incessante de responder à problematização de nossa pesquisa: “no processo de reeleição no espaço municipal do Pará, existe competição democrática ou oligárquica do voto?” analisaremos, a partir de então, dentro do nosso universo dos 143 municípios paraenses, distribuídos nas seis mesorregiões (Baixo Amazonas, Marajó, Metropolitana de Belém, Nordeste Paraense, Sudeste Paraense e Sudoeste Paraense) se algum candidato e/ou grupos políticos controlam um município por mais de três eleições consecutivas e analisará o resultado eleitoral destas competições para verificar se existe controle de 70% ou mais de votos por um partido ou candidato ou grupo do candidato em pelo menos três ou mais eleições consecutivas.

Figura 1- Figura do continuísmo e alternância de poder no Estado do Pará



Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

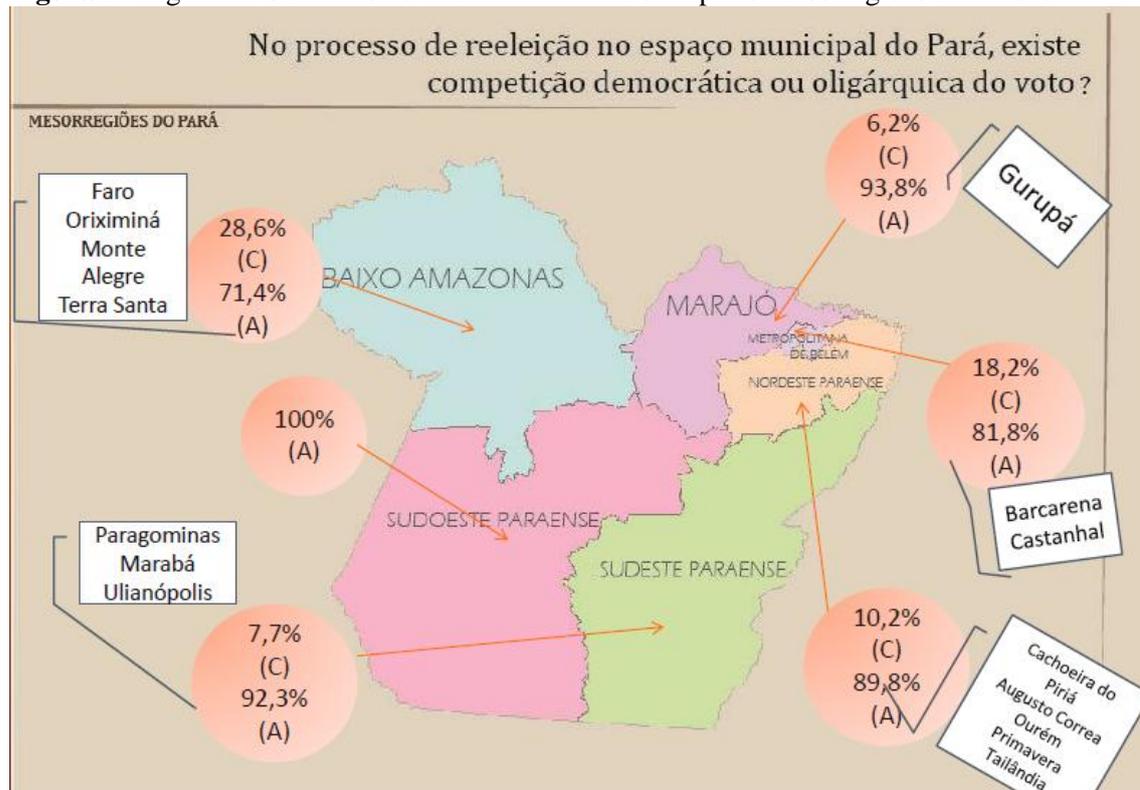
Os dados da nossa pesquisa empírica mostram que no Pará, nas quatro eleições analisadas, apenas **10,5%** dos 143 municípios, ou seja, 15 municípios, grupos ou partidos políticos se mantêm no poder por três ou mais eleições consecutivas. Por esses dados, podemos afirmar que no Pará o controle pelo voto oligárquico extirpa-se ao longo das quatro

eleições municipais analisadas. A competição democrática pelo voto sobrepõe em demasia o controle oligárquico.

A partir deste achado, nossas atenções voltam-se prioritariamente para esses 15 municípios que insistem na competição oligárquica dentro de suas mesorregiões; e para os 128 que competem acirradamente na alternância dos poderes municipais. Com esse achado vamos, agora, poder cruzar com algumas variáveis explicativas para entendermos esse continuísmo e alternância de poder. As variáveis são: partidos e coligações, população urbana e rural, PIB, índice de analfabetismo, peso do incumbente governador e seu partido e aliados em época das eleições municipais.

Em se tratando das seis (6) mesorregiões paraenses, o Baixo Amazonas é a mesorregião que caracteriza mais o continuísmo, obtendo 28,6% dos 14 municípios que compõem a região. Os municípios que se mantêm por três ou mais eleições consecutivas tendo se reeleito e feitos sucessores são: Faro, Oriximiná, Monte Alegre e Terra Santa. Dos 11 municípios que fazem parte da Mesorregião Metropolitana, apenas dois, ou seja, 18,2% mantêm o continuísmo, Os municípios são Barcarena e Castanhal. A Mesorregião Nordeste que é composta por 49 municípios, cinco se manteve no continuísmo, ou seja, 10,2%. Os municípios são os seguintes: Cachoeira do Piriá, Augusto Correa, Ourém, Primavera e Tailândia. O Sudeste paraense com 39 municípios, apenas três, ou seja, 7,7% mantiveram-se no continuísmo, Paragominas, Marabá e Ulianópolis. A Mesorregião do Marajó que é composta por 16 municípios, apenas um (1), ou seja, 6,2%, manteve-se no continuísmo. O município que caracteriza esse voto oligárquico é Gurupá. Já a Mesorregião do Sudoeste é a que não tem nenhum município onde grupos políticos conseguiram se manter por três ou mais eleições consecutivas no poder.

Figura 2 - Figura do Continuísmo e Alternância de Poder pelas Mesorregiões Paraenses



Fonte: Elaboração própria (20130. Com base nos dados do TSE/IDESP.

O controle democrático ou oligárquico do voto que estamos falando, referindo-nos ao tema de nossa pesquisa, se manifesta pela competição política pelo poder no campo municipal. A alternância de poder e continuísmo são categorias que estamos utilizando para caracterizar essa competição pelo controle democrático ou oligárquico do voto dentro de um campo de eleições democráticas. O continuísmo caracteriza o controle oligárquico e a alternância, o democrático. E antes de dissertarmos sobre nossas variáveis explicativas do fenômeno achado, recorreremos ao entendimento de democracia em Bobbio e o campo da teoria econômica da democracia em Downs.

No campo da teoria da democracia buscamos em Bobbio (1989) o entendimento de que o aspecto principal é a questão da “visibilidade ou a transparência do poder”. O autor pondera sobre a diferença existente entre um sistema político, no qual diversas elites, grupos que concorrem entre si, e, uma outra situação, na qual existe apenas um grupo controlando o poder. Grupo este que utiliza a cooptação como instrumento de renovação, e ou permanência no poder. Sendo assim, a concorrência entre diversos grupos pelo acesso e controle do poder, por meio de eleições livres, é a forma mais democrática, uma vez que a ausência de transparência, somada a não concorrência entre os diferentes grupos, possibilita a existência

de um “poder invisível” que por sua vez, “corrompe a democracia”. (BOBBIO, 1989, p.11). Portanto, na alternância e no continuísmo, em todos há a competição pelo poder; uns para se eleger e outros para se reeleger, demonstrando que mesmo em municípios com grupos ou partidos políticos que se mantêm por mais tempo no poder, a disputa pelo controle político é relevante.

Na teoria econômica da democracia de Downs (1999) todo governo procura maximizar o apoio político. Presumimos ainda que o governo existe numa sociedade democrática em que se façam eleições periódicas, que seu objetivo principal é a reeleição, e que a eleição é o objetivo daqueles partidos agora alijados do poder. Em cada eleição, o partido que recebe o maior número de votos (embora não necessariamente a maioria) controla todo o governo até as próximas eleições, sem quaisquer votações intermediárias, seja pelo povo como um todo, seja pelo parlamento. Para o autor o objetivo central das eleições numa democracia é selecionar um governo. Portanto, qualquer cidadão é racional quanto à eleição se suas ações lhe possibilitam desempenhar seu papel na seleção eficiente de um governo. (DOWNS, 1999, p. 33). Então, a “equação” decisória compõe-se de dois termos: de um lado estão os eleitores com sua história social, e de outro, os postulantes. Os primeiros perseguem seus próprios interesses, ordenam os candidatos/partidos, segundo uma ordem de preferência; os segundos ofertam políticas públicas para ganhar as preferências dos eleitores e serem eleitos. Trata-se de uma teoria da democracia fundada na ação racional, ou seja, seu *Homus politicus* é racional, movido por razões egoístas, e procura minimizar os efeitos da condição de incerteza inerente à vida política. O “cidadão racional” downsiano é o homem mediano que compõe a maioria do eleitorado. Para ele são irrelevantes as características psicológicas do homem. Porém, ele não sugere que o homem seja apenas uma maquina fria calculista, como o *homus economicus* das teorias utilitaristas. Salienta, ainda, que cada cidadão adulto tem direito a um voto, suas preferências de bem-estar são pesadas aos olhos do governo que está interessado apenas no seu voto, não em seu bem-estar.

A ação racional do governo no modelo downsiano é entendida como ação que é eficientemente planejada para alcançar os fins econômicos ou políticos conscientemente selecionados do ator. O governo persegue seu objetivo sob três condições: uma estrutura política democrática que permite a existência de partidos de oposição, uma atmosfera de graus variáveis de incerteza e um eleitorado de eleitores racionais. Ele considera os indivíduos movidos fundamentalmente pela racionalidade do cálculo e do custo/benefício. Para o autor, um partido e/ou um governo adotam uma política baseada em estratégias, as quais estão ancoradas na lógica de maximizar as vantagens. Assim, o benefício terá de ser contabilizado

em votos; votos que lhes garantiram a permanência no poder, por mais altruístas que sejam os resultados de uma dada política governamental. Mas caso não sejam contabilizados em votos, tratar-se-á de uma ação irracional, por conspirar contra o interesse principal de um político, partido ou governo qual seja a reprodução política no poder. Sendo assim, o governo deve planejar suas políticas com o propósito de ganhar votos, devendo, para tanto, entender a relação entre o que faz e como os cidadãos votam. Isso significa que o cidadão vota no partido no qual ele acredita que lhe proporcionará maiores benefícios do que qualquer outro.

Por isso, Downs (1999) entende que em sociedades mais desenvolvidas, os eleitores tendem a se preocupar com o interesse público. Desse modo, os eleitores tendem a votar, ou trocar seus votos, por políticas de interesses públicos, como: escolas, manutenção de estradas, hospitais, acesso a serviços culturais (cinema, teatro). Por outro lado, em sociedades marcadas pela desigualdade social, precariedade das condições de vida e trabalho, onde as condições básicas não são atendidas, a tendência do eleitor é trocar o voto por emprego, vaga em escola, certas quantias em dinheiros. Em ambos os casos, está presente a racionalidade da troca e do custo/benefício.

Essa equação do modelo downsiano pode explicar, em parte, a alternância de poder, especialmente em municípios mais pobres, conforme explicaremos no item seguinte que fala sobre Produto Interno Bruto. Nesses municípios, os governos têm recursos parcos que inviabilizam a realização de obras e serviços que vão atender aos interesses dos eleitores. Além disso, como as condições de vida das pessoas são precárias, buscam, também, no governo atendimento para suas situações particulares. Como se torna difícil atender as duas situações pela própria condição econômica do município, a troca por novos governos é inevitável; sempre na expectativa de que o próximo pode ser melhor. No continuísmo, o governo em sua racionalidade, busca a maximização das vantagens, ofertando serviços e lideranças fortes que conseguem se manter no poder por mais tempo. O eleitor por sua vez, continua votando nesse governo porque está lhe proporcionando maior benefício.

3.4 Continuidade, alternância de poder e população

A primeira variável explicativa para tentarmos entender esse fenômeno em que a alternância de poder no Pará é predominante é pela população Urbana e Rural. O censo demográfico 2010 do IBGE mostrou que o número de pessoas que moram em áreas rurais continua diminuindo no país, porém num ritmo menor do que na década anterior. De acordo com a pesquisa, a população rural no país perdeu 2 milhões de pessoas entre 2000 e 2010, o que representa metade dos 4 milhões que foram para as cidades na década anterior. A média de habitantes que deixavam a zona rural era de 1,31% a cada ano, enquanto no censo 2010 a média caiu para 0,65%. Segundo o IBGE nas décadas de 1970 e 1980, os grandes movimentos migratórios ocorriam em função da mecanização da agricultura e a consequente expulsão da mão de obra. Agora, esse movimento continua ocorrendo, porém em uma intensidade menor.

Ainda de acordo com os dados do IBGE, a região Sudeste foi a que mais perdeu população rural, caindo de 6,9 milhões para 5,7 milhões (-17,4%). As regiões Sul e Nordeste também tiveram perda de população do campo. O Nordeste sozinho concentra quase metade da população rural do país (14,3 milhões de um total de 29,8 milhões). Por conseguinte as regiões Norte e Centro-Oeste ocorreram movimentos inversos, com o aumento da população rural (4,2 milhões e 1,6 milhão, respectivamente). A região Norte concentra os quatro Estados que tiveram a maior taxa de crescimento da população rural no período (Roraima, Amapá, Pará e Acre). Explicam os técnicos do IBGE que o Norte ainda atrai pessoas para a área rural principalmente pela mineração e, no Centro-Oeste, o movimento ocorre pelo forte desenvolvimento da agricultura da região (IBGE, 2010). Analisando os dados específicos do Pará, 68,5% da população está concentrada na zona urbana; enquanto 31,5% está na zona rural. Em se tratando da região Norte, 76,6% da população vive na zona urbana; enquanto 23,4% vive na zona rural. No entanto, quando se trata de analisarmos a quantidade de municípios paraenses que tem população rural maior que a urbana ou vice-versa, encontramos o seguinte: dos 143 municípios paraenses, 53,1%, ou seja, 76 municípios tem população rural maior que a urbana; 67 municípios, ou seja, 46,9% tem população urbana maior que a rural.

Tabela 10 - Distribuição dos municípios: população urbana e rural

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	76	53,1
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	67	46,9
TOTAL	143	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Destacando os 15 municípios que representam, até então, o continuísmo no Pará, onde o controle do voto oligárquico ainda é predominante, verificamos que a maioria dos municípios tem população urbana maior que a rural: 40,0% vive na área rural e 60,0% na área urbana. Destaco aqui a Mesorregião do Marajó onde apenas um (1) município teve grupos políticos que conseguiram se manter no poder por três ou mais eleições consecutivas. Nesta Mesorregião, 81,3% dos municípios que a compõem tem população rural maior que a urbana. Na Mesorregião do Baixo Amazonas onde há um equilíbrio das forças políticas no continuísmo e na alternância de poder, há, também, equilíbrio populacional entre urbana e rural; dos 14 municípios que compõem a Mesorregião, 50,0% tem população rural maior que a urbana e outros 50,0% tem população urbana maior que a rural.

Tabela 11 - Distribuição dos municípios no continuísmo: população urbana e rural

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	6	40,0
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	9	60,0
TOTAL	15	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Tabela 12 - Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Marajó

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	13	81,3
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	3	18,8
TOTAL	16	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Tabela 13 - Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Baixo Amazonas

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	7	50,0
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	7	50,0
TOTAL	14	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Em se tratando de alternância de poder no Estado do Pará que representam, hoje, de acordo com a nossa pesquisa 128 municípios; destes 54,7%, ou seja, 70 municípios tem

população rural maior que a urbana e 45,3% população urbana maior que a rural. Destaco a Mesorregião Sudoeste onde predomina a alternância de poder. Nesta Mesorregião 71,4% dos 14 municípios que a compõem tem população rural maior que a urbana.

Tabela 14 - Distribuição dos municípios que mais se alternam: população

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	70	54,7
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	58	45,3
TOTAL	128	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Tabela 15 - Distribuição dos municípios: população urbana e rural no Sudoeste

	QTDA. MUNICÍPIOS	%
MUNICÍPIOS COM POP. RURAL > QUE URBANA	10	71,4
MUNICÍPIOS COM POP. URBANA > QUE RURAL	4	28,6
TOTAL	14	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Diante dos dados intrigantes encontrados pela nossa pesquisa onde o continuísmo se manifesta mais em municípios com população urbana maior que a rural; e da alternância se manifestar em municípios onde a população rural é maior que a urbana, recorremos a Leal (2012) para entender a evolução histórica de um recorte da população brasileira a partir do *locus* de seu estudo que é o município no processo de escolhas políticas, dentro do sistema “Coronelista”. O diálogo com Leal se dá em função de mudanças espetaculares de um Brasil agrário para um Brasil urbano. Importante verificar como se desenhava e se operava as relações de poder dos “Coronéis” com o Estado e a União para, então, identificarmos resquícios políticos coronelistas ou não em municípios onde grupos ou partidos políticos se mantêm no poder por 12 ou mais anos.

É importante ressaltar que Leal (2012) empreendeu seu estudo, enfatizando “Coronelismo” como sistema. O coronel entrou em sua análise por ser parte do sistema, da estrutura e da maneira pela qual as relações de poder se desenvolviam na Primeira República, a partir do município. José Murilo de Carvalho³, analisando o enfoque do coronelismo de Leal (2012) como sistema, afirma que essa visão não é apenas um fenômeno da política local, que não é mandonismo. De acordo com Murilo, tem a ver com a conexão entre município, Estado

³ In prefácio *Coronelismo, Enxada e Voto – O Município e o Regime Representativo no Brasil*, de Vitor Nunes Leal. p.12.

e União, entre coronéis, governadores e presidente, num jogo de coerção e cooptação exercido nacionalmente.

Essa conexão se manifesta, ainda hoje, por mecanismos sofisticados que o sistema político pode oferecer dentro da legalidade, como por exemplo, através de convênios em que recursos são canalizados em ano de eleição do governo do Estado ou da União para apadrinhados políticos, preferencialmente, de municípios onde se tem base política do partido do governador ou de aliados. Outro exemplo são as emendas parlamentares onde o deputado federal, autor da emenda, procura envolver seu aliado, prefeito ou alguma liderança política local, através dos recursos dessas emendas. A coerção e cooptação se manifestam à medida que o grupo político quer se manter no poder e não encontra em seu quadro político lideranças que possam representar o projeto do grupo. Então, busca-se em outros partidos essas lideranças. Caso típico é o município de Paragominas, sudeste paraense, onde existe um grupo político que já se mantém no poder há 16 anos. Nas eleições de 2012, o grupo incumbente⁴ teve que buscar uma liderança de outro grupo político que antes era oposição, obtendo a vitória nas urnas. Assim, permanecem no poder por mais quatro anos. Em Juruti, outro exemplo típico, o prefeito, para fazer seu sucessor indicou seu vice, todos os dois eram do PT. Na correlação de forças e circunstâncias políticas, o prefeito mandou seu vice trocar de partido, enfileirando-se ao novo PSD (partido da base do governador, PSDB que saiu vitorioso).

Ainda se tratando do eleitorado rural em Leal, que a época, no alistamento de 1945, representava 73%, enquanto da área urbana apenas 27%, o “coronelismo” tinha terra fértil para se desenvolver. O poder público precisava dessa conexão para se manter fortalecido. Para Leal (2012), o “Coronelismo” é, sobretudo, um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente os senhores de terras. Segundo ele, esses remanescentes de privatismo são alimentados pelo poder público, e isso se explica justamente em função do regime representativo, com sufrágio amplo, pois o governo não pode prescindir do eleitorado rural, cuja situação de dependência ainda é incontestável. (LEAL, p.44).

⁴ O PSDB vinha se mantendo no poder por 16 eleições consecutivas. Nas eleições de 2012, o grupo que domina o município foi buscar um candidato do PMDB que em eleições anteriores era oposição. O candidato, obviamente, mudou de partido para concorrer ao pleito, ganhando a eleição. Assim o grupo político permanece no poder por mais quatro anos.

De acordo com Leal (2012) a massa humana que tira a subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono. Diante dela, o “coronel” é rico. (LEAL, p. 46). Para reforçar essa dependência, destacamos o que ele diz:

Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que sua obscura existência conhece. Em sua situação, seria ilusório pretender que esse novo pária tivesse consciência do seu direito a uma vida melhor e lutasse por ele com independência cívica. O lógico é o que presenciamos: no plano político, ele luta com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural. (LEAL, p. 47).

Diante desta situação de dependência dos coronéis no dia a dia da população rural, havia, por outro lado, as situações das eleições sejam municipais, estaduais e de presidentes da República. Nesse contexto estavam postas as despesas eleitorais. O custeio dessas despesas, tendo em vista a área rural possuir uma população paupérrima, era feita por fazendeiros e chefes locais que custeavam as despesas do alistamento e da eleição.

Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento. [...] É portanto, perfeitamente compreensível que o eleitor da roça obedeça à orientação de quem tudo lhe paga, e com insistência, para praticar um ato que lhe é completamente indiferente. (LEAL, p. 57).

Leal começa a indicar indícios de mudanças no quadro até então apresentado. Esses indícios são verificados nas eleições de 1945 e 1947 onde foram identificadas no seio do próprio eleitorado rural “traições” dos empregados dos fazendeiros. Essas mudanças, alienta Leal (2012), costumam atribuí-las em grande parte à propaganda radiofônica. Nas cidades do interior já são numerosos os aparelhos receptores, e os trabalhadores rurais tem hoje maior possibilidade de contato com a sede urbana pelo uso bastante generalizado do transporte rodoviário. (LEAL, 2012, p. 57)

Enfatizando melhor esse processo de mudança, Leal (2012) afirma que em 1930, a economia brasileira já não se podia considerar essencialmente rural, porque a produção industrial rivalizava com a produção agrícola e a crise do café havia reduzido o poder econômico dos fazendeiros, em confronto com o dos banqueiros, comerciantes e industriais. Concomitantemente, havia crescido a população e o eleitorado urbano, e a expansão dos

meios de comunicação e transporte aumentara os contatos da população rural, com inevitáveis reflexos sobre sua conduta política (LEAL, p. 236/237).

A época analisada por Leal (2012) já se identificavam essas mudanças significativas nas populações dos municípios brasileiros, 40 anos depois com o advento da nova regra no sistema eleitoral brasileiro – instituto da reeleição –, outros elementos essenciais entraram na composição da vida política municipal que puderam enveredar por caminhos democráticos, consolidando esse processo e extirpando do convívio político municipal os resquícios coronelistas oligárquicos. A entrada desses novos atores na vida política municipal pôde contribuir e influenciar a democratização do voto. O processo de urbanização, transferindo grande quantitativo populacional do interior para a cidade alimentou o convívio e a troca mais intensa de informações sobre a política local. Os meios de comunicação que passaram do radinho de pilha da época narrada por Leal (2012) à televisão, a internet; e mesmo no meio rural, além do rádio, a antena parabólica captou com precisão as diversas vozes da mídia, tanto as tradicionais quanto as modernas, oriundas das cidades para o interior e do interior para as cidades.

Os meios de transporte facilitaram o fluxo da população rural-urbano, permitindo maior liberdade dos entes políticos a se mobilizarem na conquista das reformas para os municípios, bem como inibiu, mas não acabou, a presença do poder econômico de grupos ou lideranças políticas locais em manter certo clientelismo em épocas de eleições. Ainda se detecta a intensa mobilização de políticos e cabos eleitorais na transferência de títulos de eleitores de uma localidade a outra com intuito de arrebatar o maior número de votos a este ou aquele candidato.

O nível de alfabetização da população é outro elemento que se leva em conta no processo de transformação de uma competição pelo voto extremamente oligárquico para o democrático. No Pará, hoje, a média de analfabetismo (população com 15 anos ou mais) está em 11%, acima da média nacional que é de 8,6%. Elaboramos a Tabela 17 para demonstrar que o índice de analfabetismo é uma variável importante na construção dessa competição pelo voto democrático. Dos 15 municípios continuístas, nove (9) ou 60% possuem nível de analfabetismo abaixo da média estadual; outros 40%, ou seja, seis (6) municípios possuem índices de analfabetismo acima da média. Dos municípios incluídos na alternância de poder, o quadro muda, no entanto, sem grandes diferenças entre acima ou abaixo da média. 41 municípios, ou seja, 48% têm índices de analfabetismo acima da média; 58 municípios, ou seja, 45% tem índices de analfabetismo abaixo da média, além de 9 municípios que

representam 7% ficarem na média estadual. Portanto, o avanço da educação tem contribuído para o avanço da competição democrática pelo voto nos municípios paraenses.

Portanto, o estudo de qualquer tema, especialmente a política, tendo como *locus* o município, é ter uma visão ampla mundializada, isto é, o local em conexão com as mais diversas dimensões globais. Silva, M. Alves (2006)⁵ já afirmava que quem desenvolve estudos sobre municípios hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores, tais como: dinheiro mundial e mercados de bens, operados a um a distância indefinida da vizinhança em questão. O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças atuando numa direção uniforme, e consiste em uma tendência mutuamente exposta.

Portanto, o município nessa mútua conexão com o global, podemos afirmar que: O global tornou-se aldeia, e a aldeia tornou-se global.

Tabela 16 - Número e percentual de municípios no continuísmo e alternância cruzado com índice de analfabetismo balizado a partir da média estadual.

CONTINUÍSMO - 15 MUNICÍPIOS		ALTERNÂNCIA - 128 MUNICÍPIOS		
ACIMA DA MÉDIA	ABAIXO DA MÉDIA	ACIMA DA MÉDIA	ABAIXO DA MÉDIA	NA MÉDIA
6	9	61	58	9
40%	60%	48%	45%	7%
MÉDIA ESTADUAL 11%				

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Outro elemento, ainda pouco estudado, do ponto de vista de política pública que entrou no sistema eleitoral brasileiro, foi a implantação da urna eletrônica. De acordo com o pesquisador Feitosa⁶, as elites políticas tiveram que se adequar a nova forma de ação proposta pela Justiça Eleitoral, acabaram-se as tortuosas e cansativas apurações feitas pelas efêmeras e influenciáveis juntas eleitorais, bem como as seções sem a fiscalização dos partidos, e dos cidadãos que ficavam com destino incerto nas estradas e nos rios do interior do Brasil. Para Feitosa a urna eletrônica facilitou a participação de grandes quantitativos de eleitores em face da facilidade de operação e rapidez no local de votação. A celeridade reduziu as filas,

⁵ Silva, Manoel Alves da. Arranjos Político-Institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2006

⁶ FEITOSA, Luiz Carlos Ferreira. O combate à fraude eleitoral: do Império aos dias atuais. A estatística não-paramétrica aplicada a análise dos impactos da urna eletrônica na governança da justiça eleitoral. O caso de Belém (1988 – 2008)^a. ed. Belém: Dissertação, v. I, 2013.

garantindo a boa aceitação pela população em geral e, principalmente, a vontade popular sendo respeitada.

Conclui o pesquisador, afirmando que não se ouve nem o grito muito menos ecos que existam corrupções dentro do sistema eleitoral brasileiro. Se há corrupção, agora é exógena, com abuso do poder econômico e político. Se houvesse uma nova modalidade de corrupção poderíamos compará-las com as devidas proporções ao antigo coronelismo, com aliciamentos e troca de favores entre o candidato e o eleitor, todavia por fora do órgão eleitoral. Não podendo ficar restrito ao ultrapassado processo apurativo que era comprovadamente viciado em fraudes como, por exemplo, o mapismo que era produzido pelas juntas apuradoras (FEITOSA, 2013).

3.5 Continuísmo, alternância de poder e PIB dos municípios paraenses

O PIB dos municípios paraenses é outra variável explicativa que vamos analisar, cruzando com os 15 municípios que compõem o continuísmo e com os 128 de alternância de poder. Para efeito metodológico, classificamos os municípios em PIB Alto, Médio e Baixo. Usamos a seguinte classificação: municípios com PIB até 100.000 (Baixo); de 101.000 até 999.000 (Médio) e acima desse valor (Alto). Importante salientar que segundo o IDESP, o PIB do estado do Pará, no ano de 2010, registrou taxa de crescimento real de 8,01%, superior à verificada em 2009, de -3,26%. Este incremento foi superior à taxa do País de 7,53%, porém, com desempenho menor, quando comparada à evolução do PIB da Região Norte, que registrou 9,91%, no referido ano. No ano de 2010 o PIB do estado do Pará foi de R\$ 77,848 bilhões, valor superior ao de 2009, R\$ 58,402 bilhões, registrando evolução nominal de 33,30%. A contribuição do estado no PIB nacional, de R\$ 3,239 trilhões, ficou em 2,06% (manteve a 13ª posição no *ranking* nacional), enquanto a Região Norte participou com 38,63% e manteve-se na primeira posição.

Em se tratando do PIB das Mesorregiões, verificamos que a Sudeste é a mais rica, contribuindo com 41,1% no PIB estadual, seguida pela Metropolitana com 36,8%. A Mesorregião Nordeste contribui com 9,2%. O Baixo Amazonas com 7,2%, a Sudoeste com 3,6%. A Mesorregião com menor PIB é do Marajó com apenas 2,0%.

Ao analisarmos os municípios do ponto de vista do Continuísmo e da Alternância de poder, cruzando com a escala Baixo, Médio e Alto, detectamos que dos municípios com PIB classificado como Baixos, que representam 60 municípios, 10%, ou seja, seis (6) municípios mantêm-se no continuísmo, enquanto que 90%, ou seja, 54 municípios estão na competição

da alternância de poder. Em relação aos municípios com PIB Médios, municípios com alternância de poder é muito maior, chegando a 94% (68 municípios). O continuísmo nesses municípios de PIB médio é apenas de 6% (4 municípios). Quando analisamos os 11 municípios que possuem PIB classificados como Alto, verificamos um equilíbrio das forças políticas locais, sendo 45% (5 municípios) no continuísmo e 55% (6 municípios) na alternância de poder.

Tabela 17- Classificação do PIB paraense cruzado com o continuísmo e Alternância de poder.

		TOTAL MUNICÍPIOS	%
BAIXO	CONTINUISMO	6	10%
	ALTERNÂNCIA	54	90%
	TOTAL	60	100
MÉDIO	CONTINUISMO	4	6%
	ALTERNÂNCIA	68	94%
	TOTAL	72	100
ALTO	CONTINUISMO	5	45%
	ALTERNÂNCIA	6	55%
	TOTAL	11	100

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Como se pode perceber na Tabela 18, os municípios de baixo e médio PIBs, a competição política se faz com maior acirramento dos grupos ou partidos políticos locais, observando que a alternância de poder se dá de maneira espetacular, politicamente. Nesses municípios com PIB baixo e médio, em que a relação entre eleitor e gestor é direta, uma vez que o eleitor está muito próximo do gestor, a cobrança por obras e serviços é intensa.

Recorremos a Leal (2012) para resgatarmos como se procedia essa relação na primeira República onde o “Coronelismo” reinava:

É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada -, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança” (LEAL, p. 58).

O chefe municipal devia solicitar e conseguir esses melhoramentos, fosse pelo amor à cidade e ao progresso, fosse sob a pressão da opinião pública que exigia esses serviços do chefe político local que, por sua vez, tinha que arrancar dos governos, caso contrário esse chefe político era tido como um fracassado, incapaz para sua função.

Além dos serviços ao município que eram exigidos do chefe político, haviam os pedidos de ordem pessoal, desde arranjar emprego público até doação de refeições dentre tantos pedidos que são comuns em nossos dias. Manifesta-se o paternalismo: negar pão e água ao adversário. Nesse ímpeto de ganhar, de derrotar adversários, o chefe local caminhava por trilhas ilícitas. A reabilitação viria com a vitória eleitoral, por que, em política, no seu critério “só há uma vergonha: perder” (LEAL, p. 58).

Veiga nesta mesma linha de discussão afirma que o eleitorado avalia os governantes pelos quatro anos de governo e não pelo volume de campanha às vésperas dos pleitos eleitorais. O que chama bastante a nossa atenção é que a ideia de que os municípios mais pobres poderiam ser alvos fáceis de manipulação eleitoral, a exemplo do período coronelista da primeira república, não mais ocorre (VEIGA, 2004).

3.6 A influência do incumbente estadual no continuismo e na alternância de poder

Nesta parte de nossa dissertação vamos detectar o peso político do partido do governador e de seus coligados nas eleições municipais. A Tabela 19 é um extrato do estudo que está em uma tabela detalhada (Anexo A). Ela vai nos mostrar a série histórica do peso dos incumbentes estaduais nas eleições de 1996-2000-2004-2008-2012. No período de nosso estudo, apenas dois partidos, PSDB e PT, conseguiram o posto mais alto da governança estadual. Deixei nesta tabela o PMDB porque ele vai ser o partido do equilíbrio político das demais forças políticas existentes em cada município. É o partido que puxará várias coligações vitoriosas por todos os municípios paraenses. Também deixei outro partido nesta tabela, o Partido Social Democrático (PSD), tendo em vista que este partido, absorvido no Pará pelos aliados do Governador, pôde acolher em suas fileiras apadrinhados, aliados que não puderam obter guarida no PSDB.

Em 1996 e 2000, o PSDB governou o Pará tendo a frente Almir Gabriel; em 2004 o PSDB continuou com Simão Jatene. Nesse período, o PSDB sozinho obteve bom desempenho: em 1996 fez 35 Prefeituras (24,5%), em 2000 conseguiu eleger 47 (32,9%) Prefeituras, mantendo os mesmos números em 2004. Ao chegar em 2008 quando o incumbente estadual é do PT, o Partido da Social Democracia Brasileira faz apenas 12 (8,4%) Prefeituras. Já em 2012, com o retorno do PSDB, este consegue aumentar o número de Prefeituras, no entanto não atinge o patamar de 2004. Ressalte-se, aqui, que o PSD, braço político do PSDB conseguiu eleger 11 prefeitos.

Analisando o PSDB aliado com os partidos que compuseram o governo no ano das eleições municipais, podemos verificar o seguinte quadro: em 2000, PSDB e seus aliados somaram 78 (54,5%) prefeitos eleitos; em 2004 o desempenho do PSDB e de seus coligados foi menor, elegeram 64 (44,8%) prefeitos. No ano de 2008, o incumbente é o PT no governo, portanto o PSDB não entra na análise conjunta; em 2012 com o governador Simão Jatene PSDB, o partido governista e seus coligados elegeram 55 (38,5%) das prefeituras do Estado do Pará. Ressaltemos, aqui, o desempenho do PT nesta linha de tempo político: em 1996 foi eleito apenas um (1) prefeito; em 2000 subiu para cinco (5). Já em 2004, ainda com PSDB no governo estadual, o PT chegou a fazer 23 (16,1%) das Prefeituras. Em 2008 quando o PT encontra-se no governo estadual, o desempenho foi melhor, elevando o número de Prefeituras para 28 (19,6%), somando com seus aliados neste ano, essa força política chegou a 32 (22,4%) Prefeituras. Em 2012 quando o PT está fora do poder estadual, conseguiu fazer 24 (16,8%) das Prefeituras municipais.

Tabela 18 - Posição do partido do governador nas eleições municipais

GOVERNO PSDB (ALMIR) PPB / PL / PSC / PTB / PPS / PSD / PSDB / PT do B / PV / PMN	GOVERNO PSDB (JATENE) PSDB / PRP / PPB / PT do B / PSD / PV / PST / PFL / PRTB / PRONA / PSDC	GOVERNO PT (ANA) PRB / PT / PTN / PSB / PC do B	GOVERNO PSDB (JATENE) PPS/DEM/PSDC/PR TB/PMN/PRP/PSDB		
	1996	2000	2004	2008	2012
PSDB	35 (24,5%)	47 (32,9%)	47 (32,9%)	12 (8,4%)	31 (21,7%)
PMDB	31 (21,7%)	36 (25,2%)	23 (16,1%)	39 (27,3%)	28 (19,6%)
PT	1 (0,7%)	5 (3,5%)	18 (12,6%)	28 (19,6%)	24 (16,8%)
PSD					11 (7,7%)
Somatória com aliados		78	64	32	55
		54,5	44,8	22,4	38,5

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Percebe-se, a primeira vista, que quando o incumbente estadual está no poder, seu partido e seus coligados ou aliados obtém melhor desempenho em relação aos demais partidos que concorrem ao pleito naquele ano. Já nas falas de Leal (2012) quando analisava o “coronelismo” na Primeira República, dizia que o critério mais lógico, sobretudo por suas consequências eleitorais, é dar preferência aos municípios cujos governos estejam nas mãos dos amigos. É, pois, a fraqueza financeira dos municípios um fator que contribui, relevantemente, para manter o “coronelismo”, na sua expressão governista (LEAL, p. 65). Do que fala Leal (2012) não difere tanto dos arranjos políticos-financeiros-administrativos para chegar até o aliado de hoje as benesses econômicas e políticas ao postulante municipal. Dizia, ainda, Leal (2012) que, como é notório, são os cofres públicos que costumam socorrer os

candidatos e os chefes locais governistas nessa angustiosa emergência (LEAL, 2012). Arrematava, afirmando, que o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário. Por isso, busca o seu apoio ardorosamente.

Conclui sua análise, conceituando qual era o compromisso “coronelistas”. Para Leal, esse compromisso consistia do seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção local majoritária) em todos os assuntos relativos ao município, inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar (LEAL, p.67).

Em outro momento histórico, afirma Veiga em sua pesquisa que a estrutura institucional eleitoral e partidária da República de 1946, começava a induzir a alteração do padrão de competição política local. A disputa monopolista interoligárquica (VEIGA, 2004) começava a ceder espaço à competição democrática, produzindo um voto baseado no interesse por obras e serviços municipais, em detrimento da troca de favores de cunho pessoal.

Analisando a relação dos municípios com as esferas estadual e federal pós Constituição de 1988, onde os municípios tiveram maior autonomia política e administrativa, Veiga afirma que o fato dos municípios viverem ainda em permanente crise orçamentária recoloca em novos termos a presença de trocas assimétricas entre o poder central e o poder local, tendo por consequência trocas desequilibradas, conduzindo o prefeito municipal à uma relação de dependência frente aos governantes e parlamentares situados na área estadual e federal (VEIGA, 2004). Mesmo fazendo essas ressalvas, Veiga (2004) constata que a autonomia municipal conquistada na Constituição de 1988 é a maior vitória política e jurídica obtida pelos municípios no curso da história do Estado Brasileiro.

3.7 Continuísmo, alternância de poder e coligações partidárias.

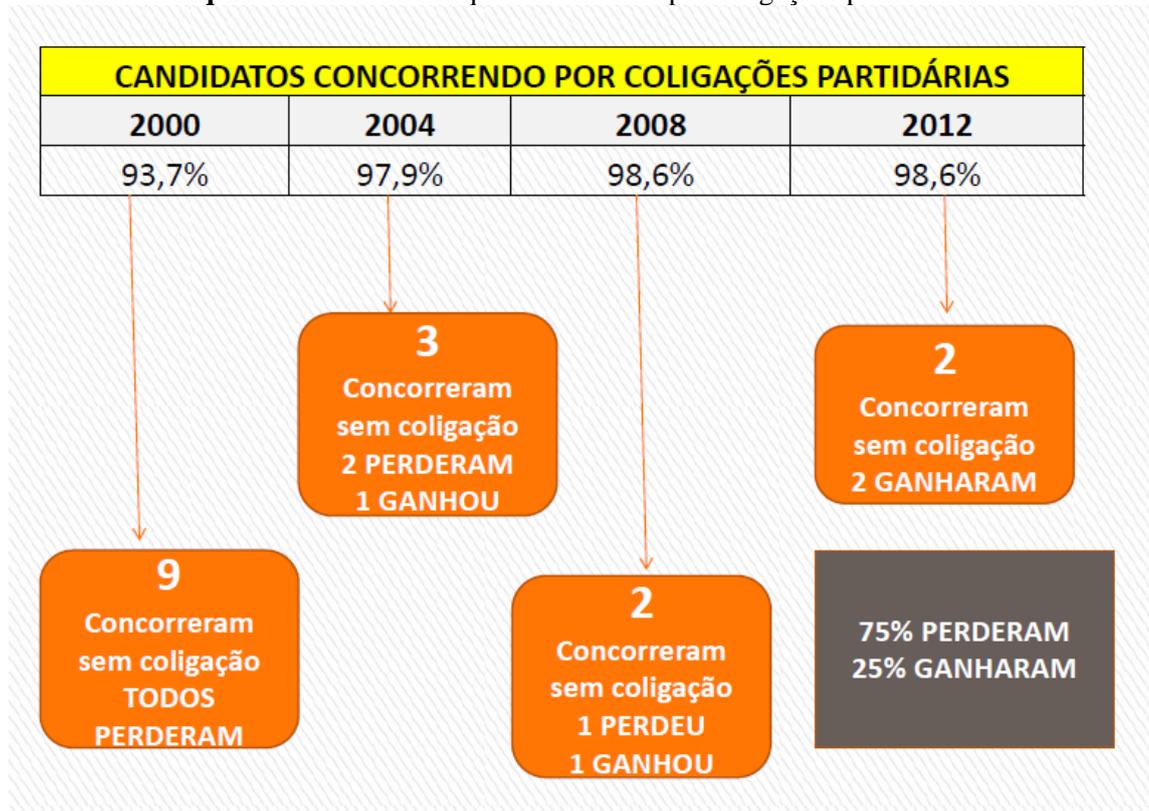
A variável “coligações partidárias” surge em nossa análise como elemento explicativo para o grande grau de competitividade nas eleições municipais paraenses e menos contínuismo. Vale salientar que conforme já falou Titiunik (2009) no primeiro capítulo da nossa dissertação, no sistema partidário brasileiro as legendas são fracas e desfrutam de pouca lealdade tanto de eleitores quanto de candidatos. As mudanças partidárias entre candidatos é uma constante, produzindo, assim, um ambiente favorável às práticas políticas individualistas para a busca do voto pessoal. Soma-se a essa circunstância o baixo nível de polarização

ideológica no sistema partidário brasileiro, além de uma forte prevalência de coligações partidárias para os executivos municipais.

Essa assertiva vem corroborar com uma série de pesquisas de opinião desenvolvidas no município de Belém, em que se verificaram as preferências partidárias dos eleitores. E como essas preferências estão intrinsecamente ligadas às lideranças de cada partido, isto é, se um determinado partido tem uma liderança forte, o capital de imagem partidária é alto; se tem lideranças fracas, apagadas, esse partido é pouco percebido. O Partido dos Trabalhadores (PT) chegou a obter 30% de preferência partidária, nas eleições municipais de 2013, sem nenhuma liderança forte na disputa, a preferência caiu para 15%. Ao contrário, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que em eleições municipais anteriores, não passava de 3% de preferência. Em 2012, tendo uma candidatura competitiva e forte visibilidade, a preferência partidária pelo PSOL chegou em 14%.⁷

De acordo com nossa pesquisa, no Pará, nas eleições de 2000, 93,7% de todos os candidatos estavam concorrendo por coligações partidárias; Em 2004, esse índice é ainda maior, 97,9% dos candidatos disputaram apoiados por mais de um partido político; em 2008, esse índice sobe para 98,6%, permanecendo igual nas eleições de 2012. Ao fazermos a análise cruzada com o continuísmo e alternância de poder, verificamos que nas eleições de 2000, os nove (9) municípios que disputaram a eleição com candidatos sem coligação, todos perderam a eleição (Bonito, Cachoeira do Arari, Curuá, Ipixuna do Pará, Irituia, Santa Izabel do Pará, Soure, Ulianópolis e Vitória do Xingu), somando, evidentemente para a alternância de poder. Nas eleições de 2004 apenas três (3) municípios (Belterra, Colares e Oriximiná) disputaram com candidatos sem coligação, sendo que dois (2) perderam, Belterra e Colares, e um (1) saiu vencedor, Oriximiná. Em 2008 apenas dois (2) municípios (Igarapé-Açú e São Sebastião da Boa Vista) saíram com candidatos sem coligação, um perdeu (Igarapé-Açú) e outro ganhou (S. Sebastião da Boa Vista). Em 2012, também dois municípios saíram com candidatos sem coligação (Gurupá e Monte Alegre). Em Gurupá foi feito sucessor e Monte Alegre o partido sem coligação ganhou a eleição. Ressaltamos que desses municípios que disputaram candidatos sem coligação e obtiveram sucesso no pleito, três são do PT e um do PSDB. De 2000 a 2012, os candidatos que disputaram sem coligação, 75% perderam a eleição; os outros 25% obtiveram sucesso nos pleitos.

⁷ Pesquisa de campo em Belém do Instituto Doxa Pesquisa, setembro de 2012.

Esquema 1- Candidatos que concorreram por coligações partidárias

Fonte: Elaboração própria (2013). Com base nos dados do TSE.

Como se percebe, a alta competitividade nos municípios paraenses é uma constante em que os arranjos políticos-eleitorais das elites locais usam os partidos circunstancialmente e como meios para se manterem no poder ou para tomar o poder. A facilidade para mudar de partido passou a ocorrer em larga escala no Brasil a partir da aprovação da Emenda Constitucional Nº. 25, de maio de 1985, que, entre outras coisas, aboliu o instituto da fidelidade partidária. A emenda estabeleceu eleições diretas para prefeitos das capitais, reconheceu o direito de voto aos analfabetos, suspendeu as restrições aos partidos comunistas e permitiu que partidos dotados de registro provisório concorressem às eleições daquele ano. A fidelidade partidária havia sido introduzida no cenário institucional brasileiro pelos militares em 1967 (MELO, 2000).

Essa disputa eleitoral municipal sofreu enorme transformação com a continuidade do processo democrático e com a introdução da regra de reeleição a partir de 2000. O acirramento dos grupos políticos em disputar os pleitos municipais coligados é, em grande escala, motivado pelo contexto da melhoria das finanças municipais, especialmente a partir da

Constituição de 1988, em que os municípios tiveram mais autonomia e melhores condições de acesso a recursos, através de repasses estaduais e federais automáticos.

Ressaltemos que a partir da nova regra dentro do sistema eleitoral – instituto da reeleição -, veio a interferir objetivamente nas estratégias eleitorais dos competidores. Como afirma Veiga (2004) em sua pesquisa “este é um contexto propício para alternância no poder dos grupos dominantes, uma vez que basta o candidato derrotado se aliar com o terceiro candidato mais votado, em eleições seguintes, num quadro de baixo potencial de realização de obras e serviços públicos, para termos possibilidades tendencialmente majoritárias para a derrota do candidato incumbente”. Pelos dados da nossa pesquisa, o grande número de alianças eleitorais nos quatro pleitos analisados confirma a opção por coalizões amplas, traduzindo a busca racionalizada das elites locais pela conquista da prefeitura municipal.

Silva (2006) afirma que o campo político é um espaço de disputa, e, assim sendo, há o direito implícito nas regras desse jogo que permite que as lideranças possam inverter as relações de força no campo político. De acordo com o pesquisador, no jogo político, cada lance tem um preço. Cada campo impõe um preço explícito ou implícito de entrada ao mesmo. No campo político, “a entrada” tem de ter a anuência daqueles que já se encontram nele. A materialização dessa assertiva na política são as alianças que as lideranças locais estabelecem com as lideranças estaduais detentoras de mais capital simbólico e produtos para serem comercializados (cargos públicos, verbas governamentais, emendas parlamentares). A materialização dessas alianças é a publicização de que houve o aceite para o ingresso.

4 CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida que estudou a reeleição no espaço municipal do Pará, analisando se no período de 1996-2012 há controle democrático ou oligárquico do voto nessas eleições, refuta algumas hipóteses. O achado principal da pesquisa que vai refutar ou corroborar com outras hipóteses diz respeito à intensa competição eleitoral vivenciada nos municípios paraenses, contra o baixo nível de continuísmo, isto é, de grupos ou partidos políticos que se mantem no poder por três ou mais eleições consecutivas. A pesquisa descobriu que apenas 10,5%, ou seja, 15 municípios paraenses têm grupos ou partidos políticos que permanecem no poder por três ou mais eleições consecutivas. A grande maioria, 89,5%, ou seja, 128 municípios têm grupos ou partidos políticos se alternando no poder em competições democráticas acirradas.

Hipótese 1: Quanto mais pobre o município, mais reeleição, isto é, mais permanência de grupos políticos no poder; e Hipótese 3: Municípios com baixo PIB propicia maior domínio de grupos oligárquicos pelo voto. A pesquisa provou que ao relacionar o PIB dos municípios com o continuísmo e alternância no poder, os municípios com o PIB baixo, caracterizados como pobres, a alternância de poder chega a 90%, contra 10% do continuísmo, derrubando, dessa forma a primeira hipótese.

Hipótese 2: Quanto mais rico, menos reeleição, isto é, mais alternância de poder; A pesquisa mostrou mediação equilibrada na disputa, 45% mantém-se no continuísmo, enquanto 55% na alternância no poder. Verificamos, assim, que a alternância está mais presente nos municípios ricos; no entanto, o percentual de 45%, o que representa cinco municípios dos 11 tomados como ricos, é muito significativo.

Hipótese 4: Municípios onde a população rural predomina sobre a urbana, é maior o domínio de grupos oligárquicos pelo voto. Esta hipótese foi refutada pelos resultados da pesquisa. Dos 15 municípios que representam, até então, o continuísmo no Pará, onde o controle do voto oligárquico ainda é predominante, verificamos que a maioria dos municípios tem população urbana maior que a rural: 40,0% vive na área rural e 60,0% na área urbana. Em se tratando de alternância de poder no Estado do Pará que representam, hoje, de acordo com a nossa pesquisa 128 municípios; destes 54,7%, ou seja, 70 municípios tem população rural maior que a urbana e 45,3% tem população urbana maior que a rural.

Ao estabelecer a conexão entre os municípios das seis Mesorregiões, a pesquisa provou que a região mais rica, Sudeste Paraense, a competição nos pleitos estudados é

bastante acirrada, demonstrando o alto grau de alternância no poder. Por outro lado, a região mais pobre, que tem o menor PIB, Marajó, a alternância no poder é altíssima. Nesta região apenas em um município grupos ou partidos políticos se mantêm no poder por três eleições consecutivas. A Mesorregião Sudoeste Paraense que tem o segundo menor PIB, supera a todas as demais na alternância no poder de grupos ou partidos políticos. Nesta Mesorregião nenhum município teve grupo ou partido político que passou de oito anos no comando de prefeituras. A Mesorregião mais equilibrada no continuísmo e na alternância no poder é do Baixo Amazonas que tem o terceiro pior PIB do estado do Pará.

Na Primeira República a população rural era muito superior à urbana, propiciando um controle maior dos chefes políticos locais sobre o voto, obtendo alto controle oligárquico. Pós 46 o Brasil vai se urbanizando, além do avanço de políticas sociais de educação e o intenso êxodo rural, transformando os municípios nos últimos 40 anos em majoritariamente urbanos. Isso faz com que o coronelismo como um sistema caudilhesco e monopolizador da política municipal seja extirpado do solo brasileiro. Mesmo, ainda, que 31% da população paraense esteja concentrada no meio rural, concluímos pela nossa pesquisa que nesses municípios a alternância de poder entre grupos e partidos políticos é muito superior ao continuísmo.

A pesquisa empreendida mostrou que ao longo das quatro eleições com a nova regra no sistema eleitoral brasileiro, o índice de prefeitos reeleitos é bem menor do que aqueles que não conseguiram sucesso no pleito. Vem mostrar que a tese dos que criticam a reeleição é posta em dúvida, ganhando força os que defendem a reeleição como forma de aperfeiçoar a capacidade decisória dos eleitores, permitindo punir o mau governante ou premiar o bom administrador.

Pelos dados encontrados na pesquisa, podemos afirmar que no Pará a competição pelo voto oligárquico extirpa-se ao longo das quatro eleições municipais analisadas. A competição democrática, pelo alto grau de alternância no poder, é o maior mecanismo político visto nas eleições analisadas sob o manto da reeleição.

Silva (2006) conclui em seu estudo que, nos tempos atuais, assiste-se à internalização das regras democráticas com a participação ativa do Estado democrático regulando os conflitos de interesses e as disputas eleitorais. Ele considera que a democracia está vencendo os grupos oligárquicos seja de natureza familiar, econômica e partidária ou de poder institucional. A esse processo chamo de modernização institucional.

Muitos autores vêm discutindo a reeleição nos meios acadêmicos sob várias visões, poucos têm se imbuído em mergulhar a estudar a reeleição nos municípios. Alguns trabalhos

foram publicados focados apenas nas capitais e municípios acima de 200 mil eleitores, isto é, onde ocorre segundo turno na disputa eleitoral. Barreto (2009), Deliberador e Komata (2010) caminharam por esse viés e encontraram resultados favoráveis àqueles competidores que disputam a eleição no cargo, diferentemente de Brambor e Ceneviva (2012) que fizeram uma pesquisa ampla dos municípios brasileiros. Encontraram resultados diferentes, os quais vêm corroborar com o estudo de Veiga e com a nossa pesquisa. De acordo com Brambor e Ceneviva (2012) os resultados das últimas quatro eleições municipais contradizem os temores de continuísmo político e perpetuação das elites políticas locais. A análise dos resultados eleitorais dos municípios indica que aparentemente não houve, nesse período, nenhuma vantagem eleitoral significativa decorrente da incumbência da Prefeitura. Isto é, os prefeitos que concorreram à reeleição no exercício do mandato público não desfrutaram de vantagem eleitoral relevante nas eleições municipais.

Veiga (2004) ensina com nitidez que a regra que produziu a reeleição nas disputas eleitorais brasileiras está produzindo uma moderação ideológica do sistema partidário municipal. Isto é, um movimento de direção centrípeta. Ele comprova essa afirmação a partir das eleições de 2000, onde em 57% da amostragem os dois principais candidatos aglutinaram mais de 90% dos votos válidos, obtidos através de estratégias aliancistas.

Além desses autores, outros trabalhos analisados nesta dissertação centraram seus estudos na reeleição e gastos públicos, do ponto de vista estritamente econômico. No entanto, nos trouxeram à luz ensinamentos fundamentais. Podemos citar Meneguín e Bugarin (2001), em que os resultados encontrados, tanto teóricos quanto econométricos, sugerem que a existência da reeleição na legislação eleitoral incentiva os governos estaduais a não contraírem empréstimos exacerbados no primeiro mandato, já que há chances de o próprio governante que promoveu o endividamento ter que arcar com o ônus dos empréstimos, o que diminuiria a receita pública disponível no futuro.

O estudo realizado por esta dissertação instiga o pesquisador a buscar outras formas para analisar esse fenômeno da reeleição nos municípios paraenses. Esses municípios que mantêm grupos por mais tempo no poder, qual a qualidade da democracia vivenciada pela comunidade? E os que se alternam, como está se dando essa democracia? É só pelo voto? São perguntas que este ou outros pesquisadores poderão se debruçar em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Maria Salette Souza de; DIAS, Rodrigo Rodrigues. Dimensões teóricas e práticas da qualidade da democracia. *REVISTA DEBATES*, Porto Alegre, v.6, n.3, p.79-96, set./dez. 2012.
- BARRETO, A. Reeleição para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). *Debates* (UFRGS), v. 3, p. 97-115, 2009.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reeleição e Continuismo nos Municípios Brasileiros. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 93. p. 9-21, jul. 2012.
- CAMARA. Disponível em: < <http://www.camara.gov.br/sileg>>. Acesso em: 23 maio 2013.
- DELIBERADOR, G. S.; KOMATA, N. B. “Reeleição nas eleições municipais de 2008”. In: CAGGIANO, M. H. S. (Org.). *Comportamento eleitoral*. Barueri: Manole, 2010, p. 63-90.
- DOWNS, Anthony. *Por uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- IBGE, Censo 2010. Disponível em: < www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 maio 2013.
- FEITOSA, Luiz Carlos Ferreira. *O combate a fraude eleitoral: do Império aos dias atuais. A estatística não paramétrica aplicada a análise dos impactos da urna eletrônica na governança da justiça eleitoral. O caso de Belém (1988 – 2008)* 2013. Dissertação (Mestrado). Belém, 2013. v.1.
- IDESP. Disponível em: < www.idesp.pa.gov.br/>. Acesso em: 23 maio, 2013.
- KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005.
- LEAL, Vítor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MENEGUIN, F.B.; BUGARIN, M.S. Reeleição e política fiscal: um estudo dos efeitos da reeleição nos gastos públicos. *Revista de Economia Aplicada*, v. 5, n. 3, p. 601-622, 2001.
- MENEGUIN, F. B., BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. de. Que leva um governante à reeleição? . *Textos para Discussão IPEA*, Brasília, DF, n. 1135, 2005.
- MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Partidos e migração partidária na Câmara dos Deputados. *Revista DADOS*, Rio de Janeiro v. 43, n. 002, 2000.

MENDES, M., ROCHA, C. e Amorin, A. “O que reelege um prefeito?”. *Texto para discussão*, Brasília, DF: Senado Federal, n. 7, 2004.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, Brasília, DF, n. 07, p. 285-318, abr. 2012.

REVISTA DE ECONOMIA POLÍTICA, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 664-683, 2007.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Luciene de Jesus Maciel da. História Regional e Participação Social nas Mesorregiões Paraenses. *Paper*, Belém: NAEA; UFPA, dez. 2008.

SILVA, Manoel Alves. *Arranjos político-Institucionais: a criação de novos municípios, novas estruturas de poder e as lideranças locais - a divisão territorial de Marabá na década de 1980*. Tese (Doutorado)- Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

TITIUNIK, Rocío. *Incumbency advantage in Brazil: evidence from municipal mayor elections*. Berkeley (CA): Inédito, 2009.

VEIGA, E. A Competição Política e os Determinantes do Resultado Eleitoral nas Disputas para o Executivo: Municípios do Pará: 1992/1996/2000. 2004. Tese (Doutorado), IUPERJ, Rio de Janeiro, 2004.

ANEXOS

ANEXO A- Peso do partido do Governador nas eleições municipais

	GOVERNO PSDB (ALMIR) PPB / PL / PSC / PTB / PPS / PSD / PSDB / PT do B / PV / PMN		GOVERNO PSDB (JATENE) PSDB / PRP / PPB / PT do B / PSD / PV / PST / PFL / PRTB / PRONA / PSDC	GOVERNO PT (ANA) PRB / PT / PTN / PSB / PC do B	GOVERNO PSDB (JATENE) PPS/DEM/PSDC/PRTB/PMN/PRP/PSDB
	1996	2000	2004	2008	2012
PSDB	35 (24,5%)	47 (32,9%)	47 (32,9%)	12 (8,4%)	31 (21,7%)
PMDB	31 (21,7%)	36 (25,2%)	23 (16,1%)	39 (27,3%)	28 (19,6%)
PPB/PP	9	11	6	6	5
PTB	8	13	18	13	4
PFL/DEM	14	4	7	6	4
PPS	1	1	3	3	6
PT	1 (0,7%)	5 (3,5%)	18 (12,6%)	28 (19,6%)	24 (16,8%)
PDT	11	13	5	10	1
PL/PR	2	6	9	17	14
PMN	1	0	1	0	2
PSB	5	4	2	3	5
PSC	6	1	0	1	5
PSD	0	2	0	0	
PSD					11 (7,7%)
PRP	0	0	3	2	1
PRB	0	0	0	1	0
PV	0	0	1	1	1
PSL	0	0	0	1	
PHS					1
S/INF	19	0	0	0	0
	143	143	143	143	143
Somatória com aliados		78	64	32	55
		54,5	44,8	22,4	38,5

ANEXO B- Distribuição do PIB nas Mesorregiões

	PIB NAS MESORREGIÕES	
	PIB	%
B. AMAZONAS	5.631.265	7,2
MARAJÓ	1.592.425	2,0
METROPOLITANA	28.691.993	36,8
NORDESTE	7.200.946	9,2
SUDESTE	32.100.387	41,1
SUDOESTE	2.833.290	3,6
TOTAL	78.050.306	100

ANEXO C - Continuísmo e alternância de poder no B. Amazonas

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	PRIMEIRA ELEIÇÃO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO
Alenquer	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Almeirim	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Belterra	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Curuá	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Faro	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Juruti	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Monte Alegre	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Óbidos	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Oriximiná	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Placas	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Porto de Moz	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Prainha	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Santarém	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Terra Santa	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM

ANEXO D - Continuísmo e alternância de poder no Marajó

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	PRIMEIRA ELEIÇÃO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO
Afuá	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Anajás	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Bagre	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Breves	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Cachoeira do Arari	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Chaves	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Curralinho	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Gurupá	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Melgaço	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Muaná	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Ponta de Pedras	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Portel	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Salvaterra	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Santa Cruz do Arari	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
São Sebastião da Boa Vista	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Soure	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM

ANEXO E - Continuísmo e alternância de poder na Metropolitana

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	ELEIÇÃO PRIMEIRA	CONTINUISM O	CONTINUISM O	CONTINUISM O	CONTINUISM O
Ananindeua	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Barcarena	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Belém	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Benevides	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Bujaru	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Castanhal	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Inhangapi	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Marituba	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Santa Bárbara do Pará	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Santa Izabel do Pará	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Santo Antônio do Tauá	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO

ANEXO F - Continuísmo e alternância de poder no Nordeste Paraense

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	PRIMEIRA ELEIÇÃO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO
Abaetetuba	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Acará	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Augusto Corrêa	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
Aurora do Pará	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Baião	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Bonito	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Bragança	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cachoeira do Piriá	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Cametá	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Capanema	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Capitão Poço	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Colares	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Concórdia do Pará	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Curuçá	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Garrafão do Norte	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Igarapé-Açu	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Igarapé-Miri	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Ipixuna do Pará	SIM	SIM	NÃO	SIM	SIM
Irituia	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Limoeiro do Ajuru	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
Mãe do Rio	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Magalhães Barata	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Maracanã	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Marapanim	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mocajuba	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Moju	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Nova Esperança do Piriá	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Nova Timboteua	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Oeiras do Pará	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Ourém	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Peixe-Boi	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Primavera	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Quatipuru	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Salinópolis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Santa Luzia do Pará	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Santa Maria do Pará	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Santarém Novo	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
São Caetano de Odivelas	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
São Domingos do Capim	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
São Francisco do Pará	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO

São João da Ponta	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
São João de Pirabas	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
São Miguel do Guamá	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Tailândia	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Terra Alta	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Tomé-Açu	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Tracuateua	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Vigia	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Viseu	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM

ANEXO G - Continuísmo e alternância de poder no Sudeste Paraense

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	ELEITOS	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO	CONTINUISMO
Abel Figueiredo	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Água Azul do Norte	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Bannach	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Bom Jesus do Tocantins	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Brejo Grande do Araguaia	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Breu Branco	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Canaã dos Carajás	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Conceição do Araguaia	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM
Cumarú do Norte	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Curionópolis	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Dom Eliseu	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Eldorado dos Carajás	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Floresta do Araguaia	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Goianésia do Pará	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Itupiranga	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Jacundá	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Marabá	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
Nova Ipixuna	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Novo Repartimento	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Ourilândia do Norte	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Palestina do Pará	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Paragominas	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Parauapebas	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Pau d'Arco	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Piçarra	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Redenção	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Rio Maria	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Rondon do Pará	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Santa Maria das Barreiras	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Santana do Araguaia	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
São Domingos do Araguaia	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
São Félix do Xingu	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
São Geraldo do Araguaia	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
São João do Araguaia	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Sapucaia	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
Tucumã	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Tucuruí	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Ulianópolis	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Xinguara	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO

ANEXO H - Continuísmo e alternância de poder no Sudoeste Paraense

	1996	2000	2004	2008	2012
MUNICÍPIOS	ELEITOS	REELEIÇÃO	REELEIÇÃO/SUCESOR	REELEIÇÃO/SUCESOR	REELEIÇÃO/SUCESOR
Altamira	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Anapu	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Aveiro	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Brasil Novo	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Itaituba	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Jacareacanga	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM
Medicilândia	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Novo Progresso	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
Pacajá	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Rurópolis	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Senador José Porfírio	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Trairão	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Uruará	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Vitória do Xingu	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

ANEXO I -Distribuição do PIB por município classificado do menor para o maior.Tabela de onde se extraiu PIB Alto, Médio e Baixo.

MUNICÍPIOS	PIB	PIB PER CAPITA
São João da Ponta	19.258	3.657,82
Santarém Novo	23.519	3.827,34
Peixe-Boi	26.429	3.359,00
Magalhães Barata	27.837	3.430,36
Santa Cruz do Arari	28.761	3.523,33
Terra Alta	29.635	2.890,12
Primavera	33.450	3.257,69
Palestina do Pará	35.074	4.684,70
Bannach	35.626	10.374,35
Inhangapi	36.331	3.610,05
Brejo Grande do Araguaia	37.132	5.069,87
Pau d'Arco	38.518	6.388,79
Colares	41.244	3.623,62
Sapucaia	42.712	8.462,91
Faro	43.943	5.371,38
Bonito	46.172	3.387,51
Abel Figueiredo	46.185	6.799,87
Nova Timboteua	49.592	3.630,42
São João do Araguaia	49.877	3.793,25
Quatipuru	51.425	4.143,53
Aveiro	52.851	3.351,99
Senador José Porfírio	53.293	4.100,05
Bagre	56.429	2.365,52
Ourém	57.421	3.523,62
Nova Ipixuna	62.146	4.243,50
Curuá	64.068	5.224,89
Terra Santa	64.080	3.780,08
Currálinho	64.876	2.269,82
São Francisco do Pará	65.188	4.289,83
Cachoeira do Piriá	65.189	2.462,19
Santa Luzia do Pará	66.143	3.405,57
São Caetano de Odivelas	66.245	3.921,94
Santa Bárbara do Pará	66.930	3.901,72
Anajás	68.072	2.748,05
Nova Esperança do Piriá	70.406	3.492,54
Cachoeira do Arari	70.871	3.463,89
São Sebastião da Boa Vista	71.317	3.115,63
Melgaço	71.610	2.888,77
Belterra	75.174	4.605,12
Trairão	76.409	4.525,28
São João de Pirabas	77.124	3.735,89
Chaves	77.711	3.676,38
Bom Jesus do Tocantins	81.136	5.321,81
Salvaterra	81.200	4.023,01
Tracuateua	82.556	3.005,77
Placas	85.015	3.552,65
Vitória do Xingu	87.264	6.473,56
Ponta de Pedras	88.285	3.397,01
Muaná	88.487	2.584,55
Brasil Novo	89.669	4.992,69
Garrafão do Norte	90.802	3.624,68
Irituia	92.260	2.939,89
Soure	93.035	4.045,87
Gurupá	93.239	3.208,50
Anapu	93.290	4.552,29
Piçarra	93.391	7.351,92
Jacareacanga	93.910	6.688,73
Mocajuba	94.067	3.517,17

Limoeiro do Ajuru	94.276	3.766,83
Cumaru do Norte	99.415	9.488,00
Concórdia do Pará	102.770	3.641,62
Santa Maria das Barreiras	103.450	6.015,21
Marapanim	103.525	3.891,20
São Domingos do Capim	104.063	3.488,87
Curionópolis	104.120	5.691,19
Santo Antônio do Tauá	105.482	3.954,64
Maracanã	105.900	3.732,04
Santa Maria do Pará	107.237	4.655,82
São Domingos do Araguaia	108.289	4.679,72
Porto de Moz	109.437	3.223,39
Oeiras do Pará	112.478	3.933,48
Afuá	113.754	3.248,53
Curuçá	121.482	3.522,24
Igarapé-Açu	124.380	3.470,14
Aurora do Pará	126.361	4.754,16
Prainha	127.533	4.357,86
Augusto Corrêa	131.937	3.257,79
Rurópolis	133.885	3.341,44
Baião	145.327	3.937,66
Goianésia do Pará	147.272	4.838,58
Mãe do Rio	153.479	5.502,63
São Geraldo do Araguaia	156.937	6.134,17
Medicilândia	163.436	5.955,70
Salinópolis	167.124	4.464,99
Igarapé-Miri	176.826	3.047,51
Vigia	183.153	3.823,50
Viseu	186.309	3.286,98
Pacajá	188.460	4.705,37
Capitão Poço	188.614	3.634,25
Portel	189.751	3.637,45
Água Azul do Norte	194.843	7.774,75
Eldorado dos Carajás	199.893	6.296,83
São Miguel do Guamá	201.904	3.918,42
Uruará	205.931	4.604,90
Ulianópolis	205.947	4.751,34
Rio Maria	210.051	11.852,56
Itupiranga	217.920	4.251,43
Novo Progresso	221.403	8.818,72
Acará	235.292	4.389,36
Alenquer	244.365	4.635,68
Jacundá	245.537	4.779,31
Óbidos	251.759	5.111,45
Ourilândia do Norte	254.447	9.231,14
Conceição do Araguaia	269.266	5.914,04
Tomé-Açu	269.290	4.765,01
Dom Eliseu	271.095	5.282,64
Rondon do Pará	271.516	5.780,14
Moju	272.281	3.894,12
Santa Izabel do Pará	277.845	5.321,14
Floresta do Araguaia	289.169	16.222,65
Novo Repartimento	304.847	4.907,07
Tucumã	305.967	9.092,35
Monte Alegre	311.784	5.621,88
Santana do Araguaia	316.215	5.633,42
Bujaru	316.480	2.923,36
Ipixuna do Pará	316.853	6.166,50
Breves	335.027	3.607,68
Cametá	378.309	3.129,00
Tailândia	428.595	5.404,80
Almeirim	429.254	12.750,76
Bragança	451.834	3.992,70
Xinguara	474.676	11.699,32

Capanema	501.050	7.874,68
Breu Branco	514.693	9.804,24
São Félix do Xingu	528.021	5.783,80
Abaetetuba	534.335	3.788,16
Juruti	563.174	11.951,15
Benevides	599.178	11.597,82
Marituba	633.231	5.849,66
Itaituba	649.261	6.669,83
Redenção	652.092	8.636,41
Altamira	724.228	6.895,44
Oriximiná	1.210.150	19.220,02
Paragominas	1.235.379	12.633,24
Castanhal	1.449.213	8.372,31
Canaã dos Carajás	1.559.968	58.366,75
Santarém	2.051.529	6.959,67
Tucuruí	2.817.702	29.015,87
Barcarena	3.550.233	35.573,48
Marabá	3.601.647	15.427,12
Ananindeua	3.669.747	7.779,11
Parauapebas	15.918.216	103.403,99
Belém	17.987.323	12.921,64

ANEXO J - Índice de Analfabetismo por município de onde se extraiu dados para a classificação de acordo com a média estadual

MUNICÍPIOS	MESORREGIÃO	POPULAÇÃO	ÍNDICE DE ANALFABETISMO	PORCEN TAGEM	POP URBANA	POP RURAL
Ananindeua	METROPOLITANA	471.980	14.314	3%	470.819	1.161
Belém	METROPOLITANA	1.393.399	42.827	3%	1.381.475	11.924
Marituba	METROPOLITANA	108.246	4.315	4%	107.123	1.123
Parauapebas	SUDESTE	153.908	6.770	4%	138.690	15.218
Benevides	METROPOLITANA	51.651	2.337	5%	28.912	22.739
Barcarena	METROPOLITANA	99.859	4.713	5%	36.297	63.562
Canaã dos Carajás	SUDESTE	26.716	1.295	5%	20.727	5.989
Santa Bárbara do Pará	METROPOLITANA	17.141	841	5%	5.458	11.683
Tucuruí	SUDESTE	97.128	4.983	5%	92.442	4.686
Curuçá	NORDESTE	34.294	1.781	5%	12.174	22.120
Jurutí	BAIXO AMAZONAS	47.086	2.486	5%	15.852	31.234
Salvaterra	MARAJÓ	20.183	1.082	5%	12.672	7.511
São Félix do Xingu	SUDESTE	91.340	4.929	5%	45.113	46.227
Santa Izabel do Pará	METROPOLITANA	59.466	3.432	6%	43.000	16.466
Santarém	BAIXO AMAZONAS	294.580	17.551	6%	215.790	78.790
Mocajuba	NORDESTE	26.731	1.604	6%	18.279	8.452
Baião	NORDESTE	36.882	2.241	6%	18.555	18.327
Castanhal	METROPOLITANA	173.149	10.538	6%	153.378	19.771
Terra Alta	NORDESTE	10.262	625	6%	4.334	5.928
Oriximiná	BAIXO AMAZONAS	62.794	3.943	6%	40.147	22.647
Ulianópolis	SUDESTE	43.341	2.750	6%	28.525	14.816
Marapanim	NORDESTE	26.605	1.693	6%	11.704	14.901
Terra Santa	BAIXO AMAZONAS	16.949	1.113	7%	10.335	6.614
Soure	MARAJÓ	23.001	1.512	7%	21.015	1.986
Vigia	NORDESTE	47.889	3.198	7%	32.353	15.536
Sapucaia	SUDESTE	5.047	344	7%	3.325	1.722
Curuá	BAIXO AMAZONAS	12.254	842	7%	5.781	6.473
Santo Antônio do Tauá	METROPOLITANA	26.674	1.909	7%	14.871	11.803
Cametá	NORDESTE	120.896	8.654	7%	52.838	68.058
Santana do Araguaia	SUDESTE	56.153	4.052	7%	29.663	26.490
Tailândia	NORDESTE	79.297	5.740	7%	58.713	20.584
Tucumã	SUDESTE	33.690	2.553	8%	26.907	6.783
Alenquer	BAIXO AMAZONAS	52.626	3.990	8%	27.722	24.904
Marabá	SUDESTE	233.669	17.792	8%	186.270	47.399
Colares	NORDESTE	11.381	880	8%	3.661	7.720
Placas	BAIXO AMAZONAS	23.934	1.851	8%	4.854	19.080

Salinópolis	NORDESTE	37.421	2.970	8%	33.391	4.030
São João da Ponta	NORDESTE	5.265	418	8%	1.031	4.234
Anapu	SUDOESTE	20.543	1.638	8%	9.833	10.710
Cumaru do Norte	SUDESTE	10.466	838	8%	2.711	7.755
São Caetano de Odivelas	NORDESTE	16.891	1.358	8%	6.958	9.933
Óbidos	BAIXO AMAZONAS	49.333	4.083	8%	25.466	23.867
Redenção	SUDESTE	75.556	6.271	8%	70.065	5.491
Cachoeira do Arari	MARAJÓ	20.443	1.741	9%	7.356	13.087
Rurópolis	SUDOESTE	40.087	3.498	9%	15.273	24.814
São Sebastião da Boa Vista	MARAJÓ	22.904	2.005	9%	9.902	13.002
Altamira	SUDOESTE	99.075	8.750	9%	84.092	14.983
Bagre	MARAJÓ	23.864	2.114	9%	10.661	13.203
Santa Cruz do Arari	MARAJÓ	8.155	731	9%	3.994	4.161
Ponta de Pedras	MARAJÓ	25.999	2.345	9%	12.424	13.575
Breu Branco	SUDESTE	52.493	4.740	9%	29.308	23.185
Tomé-Açu	NORDESTE	56.518	5.149	9%	31.563	24.955
Abaetetuba	NORDESTE	141.100	12.996	9%	82.998	58.102
Maracanã	NORDESTE	28.376	2.627	9%	11.656	16.720
Muaná	MARAJÓ	34.204	3.170	9%	14.521	19.683
Paragominas	SUDESTE	97.819	9.092	9%	76.511	21.308
Limoeiro do Ajuru	NORDESTE	25.021	2.338	9%	6.197	18.824
Xinguara	SUDESTE	40.573	3.908	10%	31.492	9.081
Magalhães Barata	NORDESTE	8.115	792	10%	3.795	4.320
Capanema	NORDESTE	63.639	6.224	10%	50.732	12.907
Faro	BAIXO AMAZONAS	8.177	824	10%	6.128	2.049
Belterra	BAIXO AMAZONAS	16.318	1.654	10%	6.852	9.466
São Miguel do Guamá	NORDESTE	51.567	5.239	10%	31.884	19.683
Ipixuna do Pará	NORDESTE	51.309	5.250	10%	12.227	39.082
Bragança	NORDESTE	113.227	11.644	10%	72.621	40.606
Oeiras do Pará	NORDESTE	28.595	2.953	10%	11.432	17.163
Medicilândia	SUDOESTE	27.328	2.881	11%	9.559	17.769
Trairão	SUDOESTE	16.875	1.837	11%	5.679	11.196
Ourilândia do Norte	SUDESTE	27.359	3.008	11%	19.913	7.446
Rio Maria	SUDESTE	17.697	1.950	11%	13.512	4.185
Bujaru	METROPOLITANA	25.695	2.842	11%	8.099	17.596
Porto de Moz	BAIXO AMAZONAS	33.956	3.757	11%	14.583	19.373
Igarapé-Açu	NORDESTE	35.887	4.017	11%	21.207	14.680
Inhangapi	METROPOLITANA	10.037	1.130	11%	2.771	7.266
São Francisco do Pará	NORDESTE	15.060	1.704	11%	5.113	9.947
Floresta do Araguaia	SUDESTE	17.768	2.063	12%	8.714	9.054
Almeirim	BAIXO	33.614	3.920	12%	19.965	13.649

	AMAZONAS					
Novo Repartimento	SUDESTE	62.050	7.308	12%	27.950	34.100
Currálinho	MARAJÓ	28.549	3.380	12%	10.930	17.619
Pacajá	SUDOESTE	39.979	4.787	12%	13.747	26.232
Concórdia do Pará	NORDESTE	28.216	3.379	12%	15.088	13.128
Santarém Novo	NORDESTE	6.141	740	12%	1.809	4.332
Nova Timboteua	NORDESTE	13.670	1.653	12%	5.520	8.150
Abel Figueiredo	SUDESTE	6.780	821	12%	6.034	746
Aveiro	SUDOESTE	15.849	1.923	12%	3.179	12.670
Mãe do Rio	NORDESTE	27.904	3.389	12%	23.052	4.852
Itaituba	SUDOESTE	97.493	11.984	12%	70.682	26.811
São João de Pirabas	NORDESTE	20.647	2.539	12%	10.487	10.160
Prainha	BAIXO AMAZONAS	29.349	3.652	12%	8.959	20.390
Novo Progresso	SUDOESTE	25.124	3.160	13%	17.717	7.407
Monte Alegre	BAIXO AMAZONAS	55.462	6.984	13%	24.565	30.897
Igarapé-Miri	NORDESTE	58.077	7.354	13%	26.205	31.872
Jacundá	SUDESTE	51.360	6.508	13%	45.683	5.677
Irituia	NORDESTE	31.364	3.977	13%	6.524	24.840
Dom Eliseu	SUDESTE	51.319	6.508	13%	32.516	18.803
Santa Maria das Barreiras	SUDESTE	17.206	2.183	13%	6.357	10.849
Rondon do Pará	SUDESTE	46.964	6.018	13%	34.696	12.268
Goianésia do Pará	SUDESTE	30.436	3.921	13%	21.082	9.354
Bonito	NORDESTE	13.630	1.786	13%	3.827	9.803
Primavera	NORDESTE	10.268	1.346	13%	6.391	3.877
Ourém	NORDESTE	16.311	2.179	13%	7.438	8.873
Conceição do Araguaia	SUDESTE	45.557	6.091	13%	32.464	13.093
Nova Ipixuna	SUDESTE	14.645	1.961	13%	7.726	6.919
Moju	NORDESTE	70.018	9.421	13%	25.162	44.856
Vitória do Xingu	SUDOESTE	13.431	1.815	14%	5.362	8.069
Tracuateua	NORDESTE	27.455	3.766	14%	7.256	20.199
Augusto Corrêa	NORDESTE	40.497	5.597	14%	18.240	22.257
Aurora do Pará	NORDESTE	26.546	3.728	14%	8.168	18.378
Água Azul do Norte	SUDESTE	25.057	3.519	14%	4.876	20.181
Uruará	SUDOESTE	44.789	6.300	14%	24.430	20.359
São Domingos do Araguaia	SUDESTE	23.130	3.282	14%	15.254	7.876
Eldorado dos Carajás	SUDESTE	31.786	4.547	14%	16.578	15.208
Gurupá	MARAJÓ	29.062	4.235	15%	9.580	19.482
Brejo Grande do Araguaia	SUDESTE	7.317	1.084	15%	4.308	3.009
Quatipuru	NORDESTE	12.411	1.879	15%	5.313	7.098
Cachoeira do Piriá	NORDESTE	26.484	4.029	15%	5.532	20.952
São Domingos do Capim	NORDESTE	29.846	4.572	15%	6.589	23.257

Viséu	NORDESTE	56.716	8.697	15%	18.397	38.319
Santa Maria do Pará	NORDESTE	23.026	3.538	15%	13.328	9.698
Breves	MARAJÓ	92.860	14.391	15%	46.560	46.300
Bannach	SUDESTE	3.431	533	16%	1.282	2.149
São Geraldo do Araguaia	SUDESTE	25.587	3.998	16%	13.590	11.997
Portel	MARAJÓ	52.172	8.311	16%	24.852	27.320
Chaves	MARAJÓ	21.005	3.357	16%	2.510	18.495
Piçarra	SUDESTE	12.697	2.063	16%	3.581	9.116
Curionópolis	SUDESTE	18.288	2.998	16%	12.530	5.758
Brasil Novo	SUDOESTE	15.690	2.576	16%	6.899	8.791
Melgaço	MARAJÓ	24.808	4.386	18%	5.503	19.305
Acará	NORDESTE	53.569	9.472	18%	12.621	40.948
Itupiranga	SUDESTE	51.220	9.150	18%	20.490	30.730
Anajás	MARAJÓ	24.759	4.436	18%	9.494	15.265
Bom Jesus do Tocantins	SUDESTE	15.298	2.762	18%	8.158	7.140
São João do Araguaia	SUDESTE	13.155	2.379	18%	2.586	10.569
Peixe-Boi	NORDESTE	7.854	1.441	18%	4.169	3.685
Santa Luzia do Pará	NORDESTE	19.424	3.588	18%	8.693	10.731
Pau d'Arco	SUDESTE	6.033	1.138	19%	3.641	2.392
Afuá	MARAJÓ	35.042	6.650	19%	9.478	25.564
Nova Esperança do Piriá	NORDESTE	20.158	3.882	19%	7.964	12.194
Capitão Poço	NORDESTE	51.893	10.142	20%	21.441	30.452
Palestina do Pará	SUDESTE	7.475	1.495	20%	4.546	2.929
Garrafão do Norte	NORDESTE	25.034	5.243	21%	8.607	16.427
Senador José Porfírio	SUDOESTE	13.045	2.743	21%	6.470	6.575
Jacareacanga	SUDOESTE	14.103	5.163	37%	4.930	9.173
		7.581.051	625.786	8%		

MÉDIA

11,0%